

**UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
MESTRADO EM BIOÉTICA**

FÁBIO GERALDO DE ÁVILA

**(RE) EXISTIR E (SOBRE) VIVER ENTRE MORANGOS: UM ESTUDO
BIOÉTICO ACERCA DE IMIGRANTES E SEUS DIREITOS**

POUSO ALEGRE

2020

Fábio Geraldo de Ávila

**(RE) EXISTIR E (SOBRE) VIVER ENTRE MORANGOS: UM ESTUDO
BIOÉTICO ACERCA DE IMIGRANTES E SEUS DIREITOS**

Dissertação apresentada para o programa de
Pós-Graduação em Bioética da Universidade
do Vale do Sapucaí, para obtenção do título de
mestre em Bioética.

Área de concentração: Bioética, Ethos e Meio Ambiente

Orientadora: Prof^a Dr^a Camila Claudiano Quina Pereira

Pouso Alegre - MG

2020

Ávila, Fábio Geraldo de.

(Re) existir e (sobre) viver entre morangos: um estudo bioético acerca de imigrantes e seus direitos / Fábio Geraldo de Ávila. – Pouso Alegre: UNIVÁS, 2020.

90f.

Trabalho Final do Mestrado em Bioética, Universidade do Vale do Sapucaí, 2020.

Título em inglês: *(Re)Exists and live (or survive) between strawberries: An bioetic study about immigrants and its rights.*

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Camila Claudiano Quina Pereira.

1. Bioética de Intervenção. 2. Estudos Decoloniais. 3. Imigração.
I. Título.

CDD: 179

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

Certificamos que a dissertação intitulada “(RE) EXISTIR E (SOBRE) VIVER ENTRE MORANGOS: UM ESTUDO BIOÉTICO ACERCA DE IMIGRANTES E SEUS DIREITOS” foi defendida, em 27 de agosto de 2020, por FÁBIO GERALDO DE ÁVILA, aluno regularmente matriculado no Mestrado em Bioética, sob o Registro Acadêmico nº 98014423, e aprovado pela Banca Examinadora composta por:



Prof. Dra. Camila Claudiano Quina Pereira
Universidade do Vale do Sapucaí – UNIVÁS
Orientadora



Prof. Dr. George Moraes de Luiz
Centro Universitário – UNIVAG
Examinador



Prof. Dr. Rafael Lazzarotto Simioni
Universidade do Vale do Sapucaí – UNIVÁS
Examinador

Dedico este trabalho a meu pai,
que me acompanhou durante toda a travessia.

AGRADECIMENTO

Meus agradecimentos são direcionados a todos que eu amo e que me amam. Alguns vou nomear e discorrer, outros de antemão já estão contemplados.

Camila, minha orientadora, conduziu-me nos aprendizados mais eloquentes desta travessia, com audácia e sutileza que não saberei descrever. Sua graciosidade e generosidade são marcas que não se pode deixar de destacar. Que eu possa ser tão bem conduzido novamente!

Minhas irmãs: consanguínea Mara e de coração Willianice pelas contribuições que deram a este estudo.

A meus amigos Rivaél e Valdemir por igualmente contribuírem com diálogos riquíssimos que me levaram a pensar sobre o viver a vida.

Ao IFSULDEMINAS pelo apoio dispensado por bolsa de Programa de Incentivo a Qualificação (PIQ) e afastamento parcial/integral que foram indispensáveis para a realização deste trabalho.

A Pró Reitoria de Extensão do IFSULDEMINAS pela iniciativa do Programa Expedição do qual o tema deste trabalho tem sua raiz.

Aos professores do Mestrado em Bioética da UNIVÁS, a demais trabalhadores desta instituição e a todos os colegas.

Gratidão!

*“Ah, tem uma repetição, que sempre outras vezes em minha vida acontece.
Eu atravesso as coisas - e no meio da travessia não vejo! –
só estava era entretido na ideia dos lugares de saída e de chegada.
Assaz o senhor sabe: a gente quer passar um rio a nado,
e passa; mas vai dar na outra banda é num ponto muito mais em baixo,
bem diverso do em que primeiro se pensou.
Viver nem não é muito perigoso?”*

Grande Sertão: Veredas
Guimarães Rosa.

RESUMO

A expansão do cultivo de morango nas cidades da microrregião de Pouso Alegre – MG, em especial no município de Espírito Santo do Dourado, se deu devido a boa adaptação da cultura ao clima, além da disponibilidade de terras para arrendamento e cultivo. Assim, produtores da região passaram progressivamente a ocupar estas terras, implementando o cultivo do morango com o auxílio de imigrantes, situação que proporcionou o contínuo fluxo migratório. Diante deste contexto, e dos dilemas estabelecidos pelo processo de imigração, nesta pesquisa o que se propôs foi problematizar a ocorrência de violações de direitos aos imigrantes da região Norte e Nordeste que se deslocam para o município de Espírito Santo do Dourado, em decorrência de ampla oferta de mão de obra nas lavouras de morango. Tratou-se de retratar e discorrer acerca deste processo migratório, partindo das perspectivas de imigrantes e de servidores públicos que atuam diretamente com estes no município, em que pôde-se problematizar aspectos conflituosos sobre o prisma da bioética de intervenção em diálogo com o pensamento decolonial. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória que utilizou de aplicação de questionários e entrevistas em servidores públicos e imigrantes com análise através do método descritivo, em que se construiu quadros temáticos em observância a centralidade dos temas abordados. Observou-se que os migrantes encontram em Espírito Santo do Dourado trabalho, renda e atenção nas principais políticas públicas sociais. Também foi possível identificar que o município apresenta dificuldades para lidar como grande fluxo e com a diversidade cultural, em razão dos relatos colhidos acerca das dificuldades relacionadas a moradia e do preconceito sofrido por imigrantes por parte de munícipes. As relações de trabalho em que os imigrantes estão inseridos na cadeia de produção do morango se mostraram precarizadas, sendo este um dos pontos centrais para a problematização bioética. O diálogo da bioética de intervenção com estudos decoloniais, possibilitou que ao se imergir nestes, pudesse se identificar, diagnosticar e pensar as situações que historicamente colocam seres humanos em situação de subalternidade, uns em relação aos outros. Desta maneira, buscou-se ir em direção a escapar de perspectivas epistêmicas imbricadas com as raízes coloniais e delinear a observância bioética em direção a dirimir as nuances opacas que se entremeiam na compreensão das relações sociais no âmbito local e em suas interlocuções com os projetos globais.

Palavras-chave: Bioética de Intervenção. Estudos Decoloniais. Imigração.

ABSTRACT

The expansion of strawberry cultivation in Pouso Alegre (Minas Gerais, Brazil), especially in the city of Espírito Santo do Dourado, was due to the good adaptation of the crop to the climate, in addition to the availability of land for rent and cultivation. Thus, producers in this region gradually began to occupy these lands, implementing strawberry cultivation with the help of immigrants, a situation that provided the continuous flow of immigration. Given this context, and the dilemmas established by the immigration process, in this research we proposed to problematize the occurrence of rights violations of immigrants from the North and Northeast of Brazil who move to the city of Espírito Santo do Dourado, due to the wide labor supply in strawberry crops. We report and discuss this immigration process, starting from the perspectives of immigrants and public servants who work directly with them in the municipality, in which conflicting aspects about the prism of intervention bioethics in dialogue with decolonial thinking could be problematised. It is a qualitative and exploratory research, which used questionnaires and interviews with civil servants and immigrants with analysis through the descriptive method, in which thematic board were constructed in compliance with the centrality of the topics covered. It was observed that migrants find work, income and attention in the main social public policies in Espírito Santo do Dourado. It was also possible to identify that the municipality has difficulties in dealing with a large flow and with cultural diversity, due to the reports collected about the difficulties related to housing and the prejudice suffered by immigrants on the part of citizens. The labor relations in which immigrants are inserted in the strawberry production chain proved to be precarious, which is one of the central points for bioethical problematisation. The dialogue between intervention bioethics and decolonial studies made it possible to identify, diagnose and think about situations that historically put human beings in a subordinate situation, in relation to each other. Thus, we sought to go in the direction of escaping epistemic perspectives imbricated with colonial roots and to outline the bioethical observance in order to resolve the opaque nuances that interweave in the understanding of social relations at the local level and in their interlocutions with global projects.

Keywords: Intervention Bioethics, Decolonial Studies, Immigration

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
COVID-19	Disease 2019 Corona Vírus.
ESF	Estratégia Saúde da Família
EUA	Estado Unidos da América
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FSLN	Frente Sandinista de Libertação Nacional
LDEBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
IFSULDEMINAS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
Sars-CoV-2	Corona vírus
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNIVAS	Universidade do Vale do Sapucaí

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do termo da villa de Campanha em 1814.....	44
Figura 2 - Linha imaginária do fluxo migratório.	70

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Perfil do município de Espírito Santo do Dourado – MG.	47
Quadro 2 - Comparativo da população estimada IBGE Cidades e referenciada no ESF.	47
Quadro 3 - Perfil dos participantes da pesquisa.	51
Quadro 4 - Grupo 1 - Servidores públicos municipais que atuam em políticas públicas sociais e atendem diretamente a população migrante - informações gerais.....	52
Quadro 5 - Grupo 2 : Migrantes provenientes de estados do Norte/Nordeste que estejam residindo em Espírito Santo do Dourado - MG - informações gerais.....	53

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 O PENSAMENTO LATINO AMERICANO DESDE O SUL	17
2.1 Dos estudos subalternos a Rede Modernidade/Colonialidade	17
2.2 O pensamento decolonial	19
3 A BIOÉTICA	26
3.1 A Bioética no pensamento latino americano: a Bioética de Intervenção em destaque	26
3.2 Bioética de Intervenção e Cidadania.....	30
4 DIÁLOGO ENTRE BIOÉTICA DE INTERVENÇÃO E A COLONIALIDADE DA VIDA.....	36
5 O MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO DO DOURADO – MG	43
5.1 O Sul de Minas Gerais	43
5.2 Espirito Santo do Dourado - MG	46
6 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS	49
7 RESULTADOS E ANÁLISE	55
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS	80
APÊNDICES	85
Apêndice A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	85
Apêndice B - Roteiro	87
Apêndice C – Parecer Consubstanciado do CEP	88

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo se inicia antes do ingresso no Mestrado em Bioética da Universidade do Vale do Sapucaí. Sua concepção, é resultado da aproximação do pesquisador com o tema aqui abordado através do desenvolvimento de um projeto de extensão universitária, no qual pôde-se, entre os anos de 2017 a 2019, coordenar ações¹ no âmbito do Programa Expedição da Pro Reitoria de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas (IFSULDEMINAS) no município de Espírito Santo do Dourado – MG.

Inspirado no Projeto Rondon, o Programa Expedição tem por objetivo executar ações voluntárias no âmbito de extensão universitária nas cidades do Sul de Minas Gerais que aceitem participar do programa, sendo resultado da iniciativa de servidores do IFSULDEMINAS, que apresentam propostas de intervenção em municípios participantes e montam equipes com membros da comunidade escolar, para incursão durante uma semana, nestas localidades, período este, que ocorre habitualmente durante o recesso de inverno.

Diante do desenvolvimento destas ações, teve-se contato com o intenso fluxo migratório que tem ocorrido no município do Espírito Santo do Dourado. Tal fluxo, é resultado da introdução e expansão da cultura do morango no município, situação que se estabeleceu a partir do início dos anos 2000, por meio do intensivo plantio de lavouras de morango, fato que demandou uma crescente oferta de mão de obra nestas lavouras, sendo esta demanda, suprida por meio da imigração² de pessoas providas de estados como Tocantins e Maranhão e que se fixam no município. Migração que, por sua vez, tem provocado impacto em razão do grande fluxo, do choque de realidades socioculturais e exigido sobre-esforço da rede de saúde, educação e assistência social para atender à crescente demanda (ÁVILA, 2019).

¹ O projeto executado no ano de 2017 no âmbito do Programa Expedição no município de Espírito Santo do Dourado – MG foi intitulado: “A transformação populacional do município de Espírito Santo do Dourado com a cultura do Morango”; em 2018: “A integração da diversidade cultural por intermédio do desenvolvimento humano e local - Espírito Santo do Dourado: a Cidade do Morango” e em 2019: Culturas em (re) leitura e (re) construção: um festa regada a morangos!”

² “Migrar/emigrar/imigrar. De início já emergem as questões referentes ao recorte escolhido. Migrar, ato de deslocar-se de seu lugar para outro. A origem territorial, linguística, religiosa e étnica dos indivíduos, define-se em símbolos, ritos e códigos que não estão necessariamente fora de uma comunidade nacional. O nacional, mesmo como invenção partilhada coletivamente de forma mais intensa na modernidade, pode abarcar variadas escalas e configurações” (SEVERINO, 2012, p.2).

Neste contexto, a atuação extencionista, possibilitou a identificação de relações muito próprias e relacionadas as particularidades do município, que foram intrincadas a cadeia de produção do morango. Tais relações, associadas as necessidades da população imigrante, tem mantido um contínuo fluxo de imigração e fixação no município, alavancando questões que nos instigaram a abordá-las no desenvolvimento deste Mestrado em Bioética.

São comuns na região do sul de Minas Gerais as migrações sazonais ou laborais, nas quais considerável contingente de pessoas se deslocam de outras regiões para trabalhar em períodos de colheitas, principalmente nas lavouras de café (SOUZA; FREITAS, 2015; GALIZONI, 2016).

Recentemente, o fenômeno da imigração, em especial de refugiados, alcançou a América Latina com volúpia, em face da tragédia humanitária no Haiti e da crise político-econômica na Venezuela. Estudiosos da Bioética tem se debruçado sobre a temática, visto que a questão perpassa por garantias perpetradas na “Declaração Universal de Direitos Humanos” e “Lei de Imigração”. A proteção destas pessoas contra a qualquer discriminação e a garantias dos direitos fundamentais e acesso aos serviços e equipamentos públicos tem sido a tônica das argumentações dos bioeticistas (ROSANELLI, 2018; SETTI; CUNHA; GUIOTOKU; MOYSÉS, 2020).

Diante da relevância das questões expostas, o que se propôs com esta pesquisa, foi estudar o fenômeno migratório em Espírito Santo do Dourado – MG, em especial, no que se concerne a efetivação de garantias e direitos aos imigrantes.

O objetivo geral se concentrou em problematizar questões bioéticas, no que tange a efetivação de direitos no contexto da imigração e fixação de brasileiros provenientes das regiões Norte e Nordeste, que se deslocam para o município de Espírito Santo do Dourado em decorrência da alta demanda de mão de obra nas lavouras de morango. Especificamente empenhou-se em: a) entender a trajetória constituída por estes imigrantes em Espírito Santo do Dourado – MG, durante seu fluxo migratório e de fixação; b) elucidar como se concerne as garantia de direitos fundamentais a essa população; e por fim c) problematizar as questões bioéticas decorrentes do processo migratório.

Justifica-se este estudo pelo contato obtido com a realidade do município de Espírito Santo do Dourado, através do Programa Expedição IFSULDEMINAS, no qual pôde-se observar questões conflituosas na vida em sociedade, nas esferas do encontro das culturas e em situações de vulnerabilidade avistadas com recorrência.

Deste modo, espera-se que esta pesquisa possa contribuir com a proteção prestada a população imigrante, ao se aprofundar no conhecimento de seu universo e problematizar questões que possam ser dirigidas e fundamentadas ao poder público local e posteriormente, devolvidas em políticas públicas.

Quanto a metodologia da pesquisa, optou-se pelo desenvolvimento de uma pesquisa social, qualitativa, exploratória, realizada por meio de entrevistas e questionários aplicados em dois grupos de participantes: servidores públicos, que atuam diretamente com imigrantes nas principais políticas públicas sociais e imigrantes, provenientes de estados das regiões Norte e Nordeste caracteristicamente inseridos na condição migratória, atraídos pela oferta de emprego nas lavouras de morango, do município Espírito Santo do Dourado, durante o período delimitado para a pesquisa.

A construção da revisão bibliográfica se deu através do chamado pensamento decolonial³ latino americano, da bioética de intervenção e na direção de um diálogo entre ambos, como apontou Wanderson Flor do Nascimento que “a vida como fato social e político, ela é um processo, a bioética deve entender a vida como um viver. E aqui podemos buscar outras concepções de vida e viver locais, que ajudem na tarefa de descolonizar a vida na bioética” (2010, p.137). Não obstante, o viver é perpassado por múltiplas construções e desconstruções, de idas e vindas, de contingências, que na compreensão das relações de colonialidade (QUIJANO, 2005) também se pronuncia seus mecanismos. Deter-se em aproximar-se do viver do outro, suas decisões e as marcas que carregam, fez-se pertinente buscar nas escutas dos atores locais, nas suas perspectivas, aproximar-se de um retrato da realidade local (MIGNOLO, 2003) e suas implicações bioéticas.

Estrutura-se este estudo em 8 capítulos. No capítulo 2 apresenta-se um recorte do pensamento decolonial latino americano numa perspectiva histórica de sua construção decorrente dos estudos pós coloniais e sua sedimentação como uma vertente do pensamento crítico desde o Sul.

No capítulo 3 destaca-se a bioética na sua interlocução com a realidade sociocultural da América Latina trazendo a bioética de intervenção como vertente que se

³ “No âmbito do pensamento decolonial latino-americano Walter Mignolo é figura central e estabelece seu argumento com base na noção da colonização cognitiva. Mignolo (2010) afirma que só a descolonização do ser e do saber levará a um câmbio do horizonte econômico e político. Como um dos intelectuais mais proeminentes de sua geração no que diz respeito ao debate do conhecimento e colonização, Mignolo defende que a partir de uma expansão para o Atlântico em meados do século XV, estabelece-se a construção de um imaginário baseado em estruturas de poder modernas e coloniais” (SILVA, 2015, p. 56).

destaca como contra hegemônica e politizada comprometida com a perspectiva social e com um arcabouço teórico e instrumental amplo em detrimento ao mecanicismo da bioética principialista biomédica. As garantias e direitos fundamentais são revisitadas em perspectiva histórica de suas conquistas na Constituição Federal de 1988 demarcando o Movimento Sanitarista em sua importância para a reconfiguração das políticas públicas voltadas a promoção da saúde e ligação direta com os marcos teóricos-políticos da bioética de intervenção. Todavia, os desafios para a efetivação dos direitos conquistados levam-se a uma reflexão da capacidade de materializar-se os sonhos de outrora.

O diálogo entre a bioética de intervenção e contornos do pensamento decolonial latino americano são trabalhados no capítulo 4 na direção apontada pelo Professor Wanderson Flor do Nascimento em que se busca soluções desde o Sul apropriadas para as problemáticas que se apresentam neste estudo.

O capítulo 5 é sobre o lugar de onde se fala. Sobre o sul de Minas Gerais e o município de Espírito Santo do Dourado – MG.

Os procedimentos metodológicos da pesquisa são apresentados no capítulo 6 e os resultados e análise no capítulo 7. No 8º capítulo estão as considerações finais deste estudo.

2 O PENSAMENTO LATINO AMERICANO DESDE O SUL

2.1 Dos estudos subalternos a Rede Modernidade/Colonialidade

Ao pensar em descrever sobre a América Latina, é comum reproduzir o que é preconcebido, como universal. A América da qual o Brasil faz parte, é um lugar ao sul, periférico, subdesenvolvido ou em desenvolvimento ou ainda de terceiro mundo. Essas categorizações nas esferas geográfica, de desenvolvimento econômico ou geopolítica se inscrevem em nossa sapiência acerca do lugar em relação ao mundo em que se está, e se projeta.

A própria latinidade poderia ser compreendida por associação às línguas de origem que são faladas em sua maioria, pelos povos das nações da América ao sul, não fosse, por sinal, resultado de um projeto de disputa por hegemonia entre impérios europeus no século XIX. Como marca de sua ascensão imperial “A ideia do ‘latino’ foi introduzida pela intelectualidade política francesa e usada na época para traçar as fronteiras, tanto na Europa como nas Américas, entre anglo-saxônicos e latinos” (MIGNOLO, 2020 p.58-59). Uma identidade forjada pelo imperialismo eurocêntrico.

Tem-se no mesmo continente outra América, ao norte, desenvolvida, central e de primeiro mundo, revelando-se o exato contraste categórico da América ao sul. Nesta América, de língua predominantemente inglesa e por sinal reconhecida por América Anglo-Saxônica, tem-se ainda “a América” que é como os Estado Unidos da América (EUA) se auto intitulam – a apropriação contumaz da expressão continental do Novo Mundo num único subterfugio, afinal “quando a guerra EUA-Espanha foi justificada, na perspectiva dos EUA, pela superioridade da “raça branca anglo-saxônica”, cujo o destino era civilizar o mundo, sobre os “brancos cristãos católicos e latinos” (MIGNOLO, 2020 p. 58) se fez uma construção ideológica que se pode constatar no imperialismo estadunidense.

A ideia de “Novo Mundo” é um ponto crucial para se desprender esta perspectiva. Ao se ater a uma interpretação historiográfica que rechaça a narrativa dos “descobrimientos”, tanto por uma possível intencionalidade dessas descobertas, em que já se sabia de sua existência, quanto pela lógica da própria existência em si, já que, todo um continente sempre existiu ali, e habitado, pode-se encontrar este ponto crucial, não apenas interpretativo daqueles acontecimentos, em que o “novo” é tenro a percepção do velho

mundo, do mundo eurocêntrico, mas não pela perspectiva dos povos que já habitavam o continente americano.

Atestar que outras perspectivas fazem parte da concepção e construção do conhecimento para além da eurocêntrica, perpassa por reconhecer as perspectivas descentralizadas de visão de mundo, constituída fora da matriz europeia ocidental. Para tanto, é fugaz ressaltar que igualmente, um pensamento africano e asiático também se desenvolve na mesma perspectiva.

A colonização se perfez por uma narrativa europeia pensada de si, para si e por si mesma, posta como universal. O exercício de um olhar crítico é necessário das relações de colonização e exploração que se perpetuam nos países colonizados em relação aos que se beneficiaram deste processo de conquistas coloniais e imperialistas, ou seja, países europeus e extensões, em especial, os EUA. Apartar-se desta máxima do universalismo eurocêntrico é a perspectiva que se busca (DUSSEL, 1993).

Grupos de estudos pós-coloniais, que no contexto de descolonização na segunda metade do XX vão, pela crítica da influência eurocêntrica na literatura e na arte, expandir sua confluência nos campos da economia, política e ciências sociais, alcançam notoriedade ao introduzir os debates sobre a cultura a um patamar determinante para suas análises teóricas em agravo ao determinismo econômico, desmistificando o local privilegiado em que se tomou o europeu e o norte americano na estrutura universal ocidental do conhecimento e domínio sobre os povos (ALMEIDA; SILVA, 2015, p.47).

O Grupo Sul Asiático de Estudo Subalternos, rompe as fronteiras indianas durante a década de 1980 e tem como marco a publicação do artigo “Pode o subalterno falar?” de autoria de Gayatri Chakrabarty Spivak, que contribuiu para consolidação do pensamento pós-colonial no campo político e acadêmico.

Estudos culturais se desenvolveram nos Estados Unidos e na Inglaterra ainda nos anos 1980, por vias do deslocamento de intelectuais provindos deste mundo pós-colonial, que deslançaram estudos na esfera cultural de identidade, classe, etnia, gênero, migração/diáspora, etc. Denotasse influência destas obras nas ciências sociais brasileiras com destaque numa penetração do pensamento do indo-britânico, Homi K. Bhabha, o jamaicano, Stuart Hall e o inglês, Paul Gilroy (ALMEIDA; SILVA, 2015, p.45).

Ainda nos EUA na década de 1990, intelectuais latino americanos e estadunidenses fundam, inspirados no Grupo sul asiático de Estudos Subalternos o similar Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos.

Este grupo teve como proeminente o filósofo semiótico argentino, Walter D. Mignolo, membro que se despontou pela crítica aos estudos subalternos pela ótica do locus de enunciação. Mignolo pontua que as teorizações indianas estavam estreitamente imbricadas nas relações próprias da Índia colonial com o império britânico. Para tanto, estas não poderiam ser assimiladas como categorias análogas de análise das relações colonialistas na América Latina. Faltava aos estudos indianos, aos estudos culturais e também aos estudos recém afluídos subalternos latino americanos, uma ruptura epistemológica, estando ainda vinculados a matriz eurocêntrica (ALMEIDA; SILVA, 2015, p.46-47). Logo, em virtude dessa divergência o Grupo Latino Americano de Estudos Subalternos se dissolve.

Em 1998, se inaugura um novo horizonte a partir de reencontros de alguns dos membros com outros intelectuais que formariam a Rede Modernidade/Colonialidade. Mignolo figura como um dos fundadores desta rede em busca de uma radicalização a crítica ao eurocentrismo. Dentre os integrantes do grupo que influenciaram com teorias próprias já estabelecidas destacou-se o argentino, Enrique Dussel e sua Filosofia da Libertação, o peruano, Aníbal Quijano com o conceito de Colonialidade e o estadunidense, Immanuel Wallerstein e a Teoria do Sistema Mundo (BALLESTRIN, 2013 p.98).

2.2 O pensamento decolonial

“A Rede Modernidade/Colonialidade se distingue dos demais Estudos Pós-Coloniais ao adotar o termo Decolonialidade para desenvolver sua crítica à modernidade ao invés de pós colonialismo” (ALMEIDA; SILVA, 2015, p.47).

Para compreender o pensamento decolonial⁴ foi necessário conhecer as teorizações que o sustenta. Como “vertente da crítica pós-colonial” (ALMEIDA; SILVA,

⁴ “Como se diferencia “descolonial” e “decolonial”? Primeiramente, é relevante pontuar que as diferenciações postas por estes termos se articulam como teóricas e políticas. O decolonial encontra substância no compromisso de adensar a compreensão de que o processo de colonização ultrapassa os âmbitos econômico e político, penetrando profundamente a existência dos povos colonizados mesmo após “o colonialismo” propriamente dito ter se esgotado em seus territórios. O decolonial seria a contraposição à “colonialidade”, enquanto o descolonial seria uma contraposição ao “colonialismo”, já que o termo descolonización é utilizado para se referir ao processo histórico de ascensão dos Estados-nação após terem fim as administrações coloniais, como o fazem Castro Gómez e Grosfoguel (2007) e Walsh (2009). O que estes autores afirmam é que mesmo com a descolonização, permanece a colonialidade” (SANTOS, 2018, p.3). Confere que “ O uso do termo “decolonial” ao invés de “descolonial” é uma indicação de Walter Mignolo para diferenciar os propósitos do Grupo Modernidade/Colonialidade e da luta por descolonização do pós-Guerra Fria, bem como dos estudos pós-coloniais asiáticos.(ROSEVICS, 2017, p. 191).

2015, p.44) nascida a partir da Rede Modernidade/Colonialidade tem sua base na “colonialidade do poder” de Aníbal Quijano em que “ele exprime uma constatação simples, isto é, de que as relações de colonialidade nas esferas econômica e política não findaram com a destruição do colonialismo” (BALLESTRIN, 2013, p.99). Mesmo com o fim da dominação colonial, após a independência formal das metrópoles, os Estados-Nação recém-criados continuaram sob o julgo colonial, não cessando as formas coloniais de dominação. Portanto, Quijano define:

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social cotidiana e da escala societal. Originou-se e mundializa-se a partir da América (QUIJANO, 2009, p.73).

O padrão de poder e dominação se forja pela classificação de inferioridade dos povos dominados, em que os europeus (brancos, cristãos e “civilizados”) se projetam superiores e detentores da condição de colonizar, catequizar e civilizar os povos das regiões além mar. Nesta condição, segundo Quijano, dá-se a invenção da “América” e, em decorrência, toda a lógica do novo padrão mundial, portanto, do projeto da modernidade:

... o Colonialismo teve fim com as independências dos países colonizados, enquanto que a Colonialidade seria a lógica e o legado colonial, herdados do colonialismo, que penetrou nas estruturas e instituições e também nas mentalidades, imaginários, subjetividades e epistemologias, e até hoje dão forma e conteúdo às sociedades atuais. É importante destacar que a Modernidade e a Colonialidade são faces de uma mesma moeda, ou seja, a Colonialidade é constitutiva da Modernidade e não derivada. A colonialidade é a face obscura da Modernidade (ALMEIDA; SILVA, 2015, p.48).

A colonialidade se projeta nas relações para além da colonização circunscrita nas esferas de controle mantendo os Estados Nação sobre as influências necessárias para a efetivação do projeto moderno. Mignolo expande o entendimento do conceito de colonialidade para além do poder, sugerindo uma complexa estrutura de níveis entrelaçados, controlando desde a economia, a autoridade, os recursos naturais, o gênero e a sexualidade, o conhecimento até a subjetividade, sendo desenvolvidas pela Rede Modernidade/Colonialidade os conceitos de Colonialidade do poder, do saber e do ser (BALLESTRIN, 2013, p.100).

A colonialidade do poder e a teoria do sistema mundo de Immanuel Wallerstein, encontram condições para convergir no âmbito da Rede Modernidade/Colonialidade para “estruturas do sistema mundo capitalista moderno-

colonial” (ALMEIDA; SILVA, 2015, p.48). A compreensão do conceito de colonialidade do poder, denuncia a continuidade das formas de controle e dominação e a obliteração de processos no âmbito da construção colonialista e consecutivamente moderna. Grosfoguel (2008) sugere esta compreensão:

É aqui que reside a pertinência da distinção entre “colonialismo” e “colonialidade”. A colonialidade permite-nos compreender a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais, produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial. A expressão “colonialidade do poder” designa um processo fundamental de estruturação do sistema-mundo moderno/colonial, que articula os lugares periféricos da divisão internacional do trabalho com a hierarquia étnico-racial global e com a inscrição de migrantes do Terceiro Mundo na hierarquia étnico-racial das cidades metropolitanas globais. Os Estados-nação periféricos e os povos não-europeus vivem hoje sob o regime da “colonialidade global” imposto pelos Estados Unidos, através do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (BM), do Pentágono e da OTAN. As zonas periféricas mantêm-se numa situação colonial, ainda que já não estejam sujeitas a uma administração colonial (GROSFOGUEL, 2008, p.126).

A América Latina como lócus de enunciação é o que Quijano (2005, p.117) indica e Mignolo (2003, p.86) demarca, ao aponta-la como origem do novo sistema: mundo moderno-colonial. A Europa se consolida como centro do mundo com a criação da América, subjuga sua criação e a submete a relações de inferioridade e dominação que vão perdurar e transpassar, insurreições, independência e instalação dos Estados Nação, sustentando as relações de subserviência e essencialmente a supremacia do eurocêntrico como universal.

Escondeu, sufocou e condenou ao esquecimento ou a inferioridade, qualquer intelectualidade que se não produzida aos moldes do modelo da ciência moderna eurocêntrica, processo no qual “vê-se expressa a ideia de que a sociedade pode ser observada de um lugar neutro de observação, não contaminada pelas contingências históricas, espaciais e temporais” (ALMEIDA; SILVA, 2015, p.53).

Aqui jaz o cerne do pensamento decolonial, a compreensão da Colonialidade traz a possibilidade de se contra-atacar toda esta inteligibilidade ocidental a partir de uma Decolonialidade. Mignolo identifica que no processo de classificações de inferioridade, produto do colonialismo, que se legitima a Colonialidade se produz e reproduz diferença colonial:

A diferença colonial é o espaço onde emerge a colonialidade do poder. A diferença colonial é o espaço onde as histórias locais que estão inventando e implementando os projetos globais encontram aquelas histórias locais que os recebem; é o espaço onde os projetos globais são forçados a adaptar-se, integrar-se ou onde são adotados, rejeitados ou ignorados. A diferença colonial é, finalmente, o local ao mesmo tempo físico e imaginário onde atua a colonialidade do poder, no confronto de duas espécies de histórias locais visíveis em diferentes espaços e tempos do planeta. (...) A diferença colonial no/do mundo colonial/moderno é também o lugar onde se articulou o “ocidentalismo”, como imaginário dominante do mundo colonial/moderno. (MIGNOLO, 2010, p. 10).

É nesse espaço de diferença colonial nas relações apropriadas pelos europeus a partir do evento de 1492 (“descobrimento”) compreendidas pela Colonialidade, que se inaugura a Modernidade segundo Quijano: “A América constituiu-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial e, desse modo e por isso, como a primeira identidade da modernidade” (2005, p.117), revelando-se intrinsecamente ligada a separação racial e instauração de um novo sistema econômico. A diferença colonial vai se constituir como espaços de constante afirmação e resistência ao Colonialismo e a Colonialidade.

Esta separação/diferenciação racial é, segundo Quijano (2005) nos moldes do pensamento moderno, uma invenção categórica que se instituiu-se na América e foi o impulsionador do projeto moderno de dominação e colonização. O fator que torna a ideia moderna de raça ter outro sentido do que apenas referendar diferenças fenotípicas, foi passar a insurgir como marcador de diferenciações biológicas:

A formação de relações sociais fundadas nessa ideia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e redefiniu outras. Assim, termos com espanhol e português, e mais tarde europeu, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população (QUIJANO, 2005, p.117).

Origem, cor e traços tornaram-se códigos de classificação social reservado aos não europeus, signos de dominação e inferiorização numa perspectiva que possibilitou a construção do projeto moderno eurocêntrico. Em contrapartida, o pensamento decolonial se insere como projeto de decolonização que parte da compreensão da Colonialidade pressupondo ser necessário uma ruptura e a emergência de uma epistemologia outra da qual, em que, imersa nela, se possa identificar, diagnosticar e propor alternativas para o projeto moderno que historicamente coloca, latino americanos, em uma situação

de inferioridade em relação aos povos europeus e da América Anglo-saxônica. E não apenas, mas desvelar dos mecanismos os quais somos inseridos, enquanto sujeitos que produzem e reproduzem os discursos e o modo de vida nos ditames deste *status quo*.

Esta abordagem tem ganhado notoriedade sendo conhecida como Giro decolonial “que basicamente significa o movimento de resistência teórico e prática, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade. A decolonialidade aparece, portanto, como o terceiro elemento da modernidade/colonialidade” (BALLESTRIN, 2013 p.105). A noção de transmodernidade de Enrique Dussel complementa esta base:

Denominamos projeto “transmoderno” a tentativa libertadora que resume tudo o que temos dito. Em primeiro lugar, a afirmação é indicada como valorização de seus próprios momentos culturais negados ou simplesmente depreciados que se encontram na exterioridade da modernidade; que foram deixados de fora da consideração destrutiva desta pretensa cultura moderna universal. Em segundo lugar, esses valores tradicionais ignorados pela Modernidade devem ser o ponto de partida de uma crítica interna, a partir das possibilidades hermenêuticas próprias dessas culturas. Em terceiro lugar, os críticos, para serem críticos, devem viver o biculturalismo das “fronteiras” e então criar um pensamento verdadeiramente crítico. Em quarto lugar, esse processo supõe um período longo de resistência, de amadurecimento e de acumulação de forças. É tempo do cultivo acelerado e criativo do desenvolvimento da própria tradição cultural, agora a caminho de uma utopia transmoderna. Trata-se de uma estratégia de crescimento e criatividade de uma cultura não só decolonizada, mas renovada (DUSSEL, 2016, 69-70)

O transmoderno se apresenta como um conceito aberto, disposto ao diálogo, crítico a modernidade/colonialidade, transversal, transcultural, avesso ao universal, em busca desse projeto decolonial. Considera legítima a dupla crítica⁵ na fronteira epistêmica que “libera conhecimentos que foram subalternizados, e a libertação destes conhecimentos possibilita ‘um outro pensamento’” (MIGNOLO, 2020, p.100). Está para além do moderno, em se relacionar com as respostas que não foram alcançadas no âmbito da modernidade, as metanarrativas e suas ambiguidades. Na ideia da crítica, Mignolo reforça que:

⁵ Na história local de Kahatibi, o Ocidente (l' Occident) é definido em oposição ao “notrepatrimone” (l' Islam). No entanto, ele rapidamente descarta a dicotomia necessária para montar o cenário para “um outro pensamento” (“une pensée autre”) pois, curiosamente, é uma maneira de pesar sem o outro. Já que o conflito entre a Europa e o mundo árabe data de muitos séculos, Khatibi argumenta, esse conflito tornando-se uma máquina de desentendimento mútuo (1983: 15) – daí a necessidade da dupla crítica ao fundamentalismo ocidental e islâmico. Nessa interseção uma dupla crítica torna-se um pensamento liminar, já que criticar a ambos, ao fundamentalismo ocidental e ao islâmico, implica em pensar a partir de ambas as tradições, e ao mesmo tempo, de nenhuma delas. Esse pensamento liminar e essa dupla crítica são as condições necessárias “para um outro pensamento”, um pensamento que não é mais concebível na dialética de Hegel, mas localizado na fronteira da colonialidade do poder no sistema mundial moderno (MIGNOLO, 2020, p.100)

Se, como Dussel afirma, a superação dessas dicotomias pressupõe que o lado sombrio da modernidade (por exemplo, a periferia colonial) se veja como inocente, essa mesma descoberta pressuporá a afirmação de loci de enunciação nas fronteiras da expansão colonial e a construção da razão pós-colonial, a partir das ruínas da modernidade europeia e das heranças transformadoras das culturas e civilizações do mundo. (MIGNOLO, 2020, p.164-165).

Em decorrência, um caráter analéptico é apontado por buscar estabelecer uma correlação de forças nas relações dicotômicas, sendo o projeto transmodernidade para Quijano “a alternativa para a pretensão eurocêntrica de que a Europa é a produtora original da modernidade” (2005, p.124). Dussel (2016) reúne em sua argumentação uma alternativa não totalizante, colocando em evidência paradigmas modernos e pós-modernos em direção a uma aposta emancipadora, mas não transcendental e eurocêntrica; crítica, mas não niilista. Partindo da exterioridade, em oposição a centralidade, que não deixa de reconhecer as relações e as modulações necessárias para se suplantar a homogeneização e abrir caminho para a autoafirmação:

“Transmodernidade” indica todos os aspectos que se situam “além” (e também, cronologicamente, “anteriores”) das estruturas valorizadas pela cultura euro-americana moderna, e que atualmente estão em vigor nas grandes culturas universais não europeias e foram se movendo em direção a uma utopia pluriversal (DUSSEL, 2016 p. 63).

O projeto transmoderno é decolonial. Precisamente, as compreensões da América postulada no início deste capítulo, pressupõem as relações de colonialidade nas identidades geo-históricas de primeiro e terceiro mundo; centro e periferia; desenvolvidos e subdesenvolvidos; latinos e anglo-saxões e na própria postura introjetada. Não obstante, a ruptura epistemológica se perfaz na direção da emancipação humana, como nos projetos modernos, mas “A emancipação como libertação significa não só o reconhecimento dos subalternos, mas também a erradicação da estrutura de poder que mantém a hegemonia e a subalternidade” (MIGNOLO, 2020, 173-174).

A aproximação que o estudo faz com estes recortes do pensamento decolonial latino americano consiste na aderência a uma produção do conhecido desde o Sul, e que esta produção pode ser realizada de muitas maneiras, sendo a produção acadêmica uma delas. Nesta direção, a tradição europeia se representa como uma das perspectivas do conhecimento e não o caráter universal do conhecimento, num desprendimento do eurocentrismo. Para tanto, em recente artigo, Mignolo destaca:

O pensamento decolonial se esforça para desvincular -se das dicotomias impostas articuladas no Ocidente, isto é, o conhecedor e o conhecido, o sujeito e o objeto, teoria e práxis. Isso significa que o pensamento decolonial existe na exterioridade (o exterior inventado por e a partir de dentro, para construir -se como dentro). Ele existe no território/nas linhas de fronteira dos princípios da epistemologia ocidental, do conhecimento e da construção do conhecimento (MIGNOLO, 2019, p.8).

Pensar em fronteira, remete-nos ao tema desta pesquisa, a imigração, os imigrantes e sua condição de sujeitos de direitos. Mignolo no artigo referido subjaz no título “A colonialidade está longe de ter sido superada, logo a decolonialidade deve prosseguir” e reflete, em especial sobre “o alarmante crescimento da xenofobia e do racismo na Europa e nos Estados Unidos, na esteira das políticas populistas discriminatórias (leia-se Trump, Brexit, etc) que expuseram a matriz colonial como uma estrutura de poder e de conhecimento intocada” (MIGNOLO, 2019, p.3). Não obstante, o atrelamento no campo ideológico, em que se encontra imerso o Estado brasileiro a estas políticas na atualidade, a construção histórica e cultural do Estado-Nação Brasileiro, do povo brasileiro, recai sobre a temática migratória interna uma necessária incursão decolonial.

3 A BIOÉTICA

3.1 A Bioética no pensamento latino americano: a Bioética de Intervenção em destaque

A América Latina, na segunda metade do século XX, já se encontrava imersa em uma forte influência imperialista dos Estados Unidos da América. O pós-guerra, e em consequente a Guerra Fria, reservou a região um projeto “desenvolvimentista”⁶, ao passo que também se pautou pelo enfrentamento da “ameaça vermelha” do comunismo que logo efervesceu com “o trunfo da Revolução Cubana (1959) e a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) na Nicarágua em 1961” (FERREIRA; NASCIMENTO, 2015 p.279), além de movimentos de inspiração libertária que se propagaram a partir de então. O totalitarismo implantado por golpes militares, com apoio estadunidense, foi a resposta dada a estes movimentos revolucionários que buscavam libertar o continente, promover reformas de base e insurgir contra esse imperialismo e as formas históricas de dominação que se perpetuavam. Intelectuais de diversas frentes se empenharam em problematizar a realidade latino-americana:

Nesse contexto, como expressão do pensamento latino americano, emergem nessa fase (décadas de 1960 e 1970): a teoria da dependência, cujos autores mais proeminentes são Celso Furtado, Raúl Prebisch e Theotônio dos Santos; a pedagogia do oprimido, tendo Paulo Freire como principal formulador; a teologia da libertação, na qual sobressaem inicialmente os teólogos Gustavo Gutiérrez e Leonardo Boff. Essas três propostas contemporâneas, não obstante suas diferenças conceituais e de capacidade de mobilização das “massas”, inauguram um processo de insurgência epistemológica e política na região que será continuado mais tarde, na década de 1990, pelo pensamento decolonial cujo o marco se reporta à teoria da colonialidade do poder, elaborada pelo sociólogo peruano, Anibal Quijano (FERREIRA; NASCIMENTO, 2015 p.279).

A redemocratização de países latino-americanos se consolidou durante a década de 1980 num compasso que se forjou, com forte mobilização popular em distintos cenários nacionais. Nesta América Latina, marcada pelos anos de chumbo, que se aquietava com a volta das liberdades, retinha-se envolta as mesmas mazelas sociais de outrora.

⁶ Dussel, numa “releitura do mito da Modernidade, não para questionar o potencial emancipatório da razão moderna, mas para imputar a superioridade da civilização europeia articulada com a suposição de que o desenvolvimento europeu deve ser unilateralmente seguido por todas as outras culturas; e à força se for necessário” (NASCIMENTO; GARRAFA, 2011, p.290) cunha o conceito de “falácia desenvolvimentista” que corrobora para uma compreensão que os conquistados estão condenados ao fracasso.

Conhecedores da realidade do sul do continente, não obstante, a bioética, uma ética aplicada⁷ que emerge nos anos de 1970 com a preocupação das implicações dos avanços científico-biotecnológico na esfera da vida, com emergente aplicação no meio biomédico, se torna um saber de interesse de pesquisadores latino-americanos.

A princípio, a discussão acerca da bioética, valeu-se das conceituações do químico, Van Rensselaer Potter na obra “Bioética: Ponte para o futuro” de 1971, sendo importante mencionar, que a visão Potteriana de uma “bioética global” e “ciência da sobrevivência” é a raiz epistemológica das bioéticas contemporâneas. Todavia, também é a gênese da “Bioética Principlista” centrada fundamentalmente em quatro princípios: a autonomia, beneficência, não-maleficência e justiça, como instrumentos que auxiliam na análise dos conflitos bioéticos. Garrafa indica que:

Adotada pelo Instituto Kennedy, a bioética sofreu, já em 1971, uma redução da sua concepção “potteriana” original, restrita ao âmbito biomédico. O tema da autonomia foi maximizado hierarquicamente em relação aos outros três, tornando-se uma espécie de superprincípio. Este fato contribuiu para que, em alguns países, a visão individual dos conflitos passasse a ser aceita como a única vertente verdadeira e decisiva para a resolução dos mesmos (GARRAFA, 2005, p.128).

A Bioética Principlista, partindo dos EUA, se consolidou no meio biomédico mundial, mas se mostrou insuficiente para lidar com situações para além das relações médico/paciente e das paredes dos laboratórios de pesquisa. A dimensão de sua concepção original de “bioética ou ética global” se tornou distante com a sedimentação desta perspectiva.

Ao transpor esta bioética na direção da realidade sociocultural dos países do hemisfério sul do planeta, em especial na América Latina, os conflitos resultantes das questões sociais que tomam a atenção dos estudiosos de maneira contundente, resultaram numa progressiva construção crítica “de que a chamada teoria bioética principlista seria insuficiente e/ou impotente para analisar os macroproblemas éticos persistentes (ou cotidianos) verificados na realidade concreta” (GARRAFA, 2005, p.127). Nesta perspectiva, a partir do início dos anos 1990, insurge uma inquietação entre bioeticistas na América Latina, diante das precárias condições de vida e de acesso a direitos básicos, o que se procedeu na direção de irromper em direção a realidade que abarcava desafios

⁷ Assim, para a filosofia, a ética é uma filosofia prática que muito se esforça para se fazer de fato aplicada e orientar a decisão das pessoas. Da ética aplicada, compreende-se que fazem parte, a bioética, a ética da economia e empresarial, a ética da informação, ética ecológica e ética das profissões (MARTORELL, 2015, p.10).

que a bioética não poderia ignorar, tampouco o principialismo conseguia neste tocante abarcar.

Nos anos seguintes, a Bioética de Intervenção, se constituiria, em especial no Brasil, como uma nova vertente, se pautando em uma bioética interventiva, politizada, laica e nativa, para se sustentar a partir dos problemas locais em prol de entendê-los e intervir sobre eles. Outras vertentes também se apresentaram no cenário latino-americano, em especial, a bioética narrativa, bioética feminista e antirracista, a bioética da teologia da libertação, a bioética dos direitos-humanos e a bioética da proteção (PORTO; GARRAFA, 2011; CASTILHO, 2015), todas buscando contextualizar a problematização bioética centrando-a na realidade dos povos latinos.

No que se reporta a Bioética de Intervenção, ela recorta os conflitos contemporâneos em emergentes – aqueles tradicionais a bioética acerca dos impactos dos avanços científico-biotecnológico na esfera da vida e os persistentes. Os últimos se processam na cotidianidade e são caros a insurgência da vertente. Afinal, são os reflexos da exclusão social, do modelo de produção e reprodução da sociedade capitalista que se move na contramão das garantias da Declaração Universal dos Direitos Humanos a todos (MARTORELL, 2015 p.26). Para tanto, a Bioética da Intervenção propõe uma fundamentação teórica com as seguintes categorias:

[...] bioética de situações persistente, bioética de situações emergentes, países centrais e periféricos, bioética não neutra (ou politizada), mercado fomentado por desigualdades, Direitos Humanos, diversidade cultural e pluralismo moral, finitude dos recursos naturais, os 4 “pês” (prudência, precaução, prevenção e proteção), corporeidade (dor e prazer), equidade, compromisso com os excluídos (vulneráveis), intervenção, utilitarismo e consequencialíssimo solidário (MATORELL, 2015 p.28).

Em conformidade com seu compromisso político-social, a Bioética de Intervenção firma sua posição ao tratar os conflitos éticos de uma perspectiva a abarcar apropriadamente as categorias que a conferem uma identidade contra hegemônica, comprometida com as pautas coletivas, buscando minimizar (quando inevitáveis) os prejuízos individuais com uma instrumentação para além da simplista e mecanicista, epistemologia principialista.

Indubitavelmente, ela tem avançado e alcançado substancial espaço no debate bioético, em colaboração com as bioéticas latino-americanas, e obtido a aceitação “da dimensão política na formação e na prática bioética, ao estabelecer como eixo aglutinador dessa dimensão o paradigma dos direitos humanos” (FEITOSA; NASCIMENTO, 2015, p. 283). Afinal, “temas que antes não eram do domínio bioético (sociais, ambientais e

sanitários, especificamente), passaram a fazer parte da bioética mundial” (CASTILLO, 2015 p.490) com a promulgação pela UNESCO em 2005 da Declaração Universal de Bioética e Direitos Humanos - DUBDH, o que representou um salto no campo de fundamentação da bioética, para além do aspecto biomédico e biotecnológico:

A Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos inicia com forte apelo à proteção aos vulneráveis e estende-se, em seus princípios, ressaltando o respeito à autonomia dos indivíduos e à necessidade de completos, claros e adequados esclarecimentos para a obtenção de consentimento dos indivíduos submetidos, entre outros, a pesquisas biomédicas. Dedicada especial artigo à proteção de indivíduos ou grupos vulneráveis e avigora a orientação de respeito à sua integridade. Rechaça a atuação que reflita um duplo padrão e reafirma a responsabilidade social do Estado frente à saúde. Esmera-se em declarar o princípio do compartilhamento de benefícios e amplia toda a ótica de respeito e proteção ao futuro da humanidade e do planeta (CRUZ; OLIVEIRA; PORTILLIO; 2010 p.103).

A efetividade prática desses avanços é o grande desafio posto. Como uma declaração, a DUBDH tem efeito de norma não vinculante, sendo um documento norteador. Dora Porto faz retrospecto do alcance que a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) tem representado e suas limitações, o que postula uma prospecção do que se pode considerar com a DUBDH sendo um documento derivado dessa:

Os direitos humanos decorrem de uma noção nova e inédita na história humana. Pela primeira vez todas as pessoas devem ser consideradas em sua dignidade intrínseca, titulares de direitos, independente de seus atributos: sexo, cor, idade, nacionalidade, religião etc. Os direitos humanos, que vêm rompendo as estreitas noções de identidade desde a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, ainda não se consolidaram para todos os seres humanos, mas já consubstanciam as moralidades de forma a que se considerem abusivos os atos de pessoas e governos que os contrariam. Pode-se dizer, portanto, que se ainda estamos aprendendo a atuar em igualdade com respeito à diferença, nas últimas seis décadas e meia em que os direitos humanos passaram a ser o horizonte da representação identitária dos seres humanos, especialmente nas sociedades ocidentais (PORTO, 2014 p.69).

Esta presunção de aprendizado, faz-se refletir sobre como se tem dado a efetivação dos direitos humanos fundamentas no Brasil. No contexto desta pesquisa, num fluxo contínuo de imigrantes das regiões Norte e Nordeste para um município de pequeno porte do sul de Minas Gerais, em decorrência de oferta de mão de obra em lavouras de morango, confere destacar que:

Migrantes e refugiados necessitam de atenção especial. Diferenças culturais, dificuldades com o idioma, falta de documentação e histórico médico, bem como racismo e xenofobia, comprometem o acesso à saúde. Essas vulnerabilidades despertam o olhar da bioética, pois se relacionam com determinantes sociais e aspectos estruturais, sociais e culturais complexos. (ROCHA, et al., 2020, p. 385).

Os determinantes sociais apontados acima, delineiam aspectos que se constituem como elementos de análise, para uma problematização bioética da temática desta imigração interna, observada na atração pela oportunidade de trabalho não qualificado, visto que, os imigrantes sobre esta direção certamente encontram-se em vulnerabilidade e incorre que no novo destino, as condições a eles oferecidas, podem também propiciar o desenvolvimento de vulnerabilidades.

3.2 Bioética de Intervenção e Cidadania

A Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988 é corriqueiramente chamada de “Constituição Cidadã”. A carta magna trouxe para o arcabouço jurídico uma série de prerrogativas democráticas que rejeitam o passado turbulento enfrentado com a ditadura militar, período este, encerrado por ampla mobilização popular que levaria a redemocratização e instituição de Assembleia Constituinte, que além de reestruturar o Estado do cenário da barbárie, constituiu direitos e garantias fundamentais a nação:

Com a transição democrática no final dos anos 1970 é que teria início, enfim, um novo momento da história da cidadania nacional, com o reconhecimento e o exercício pleno de direitos de todas as ordens garantidos pela Constituição de 1988, não por acaso denominada cidadã (BOTELHO, SCHWARCZ, 2012, p. 21)

Estas garantias e direitos fundamentais, intrínsecos para a retomada do Estado Democrático de Direito, constituíram-se como um rol protetivo aos cidadãos brasileiros em caráter de cláusula pétrea, portanto imutável e irrevogável. Ocorre que se pode destacar como significativo a imutabilidade dos direitos e garantias que são fundamentais para um país de profundas desigualdades como no caso brasileiro. Igualdade, liberdade, segurança e propriedade, somados aos direitos sociais (educação, saúde, saneamento, alimentação, trabalho, moradia, transporte, etc.) revelam que esta constituição veio na esteira de um Estado de bem-estar-social⁸, que imputa a ele o dever de salvaguardar seu povo através de políticas públicas que efetivem direitos básicos. Conquistas estas, que se deram pelo amplo envolvimento de vários seguimentos da sociedade: “A história da

⁸ Convencionou-se identificar o Estado de Bem-Estar ou welfarestate, como o Estado que propõe intervenções no campo econômico e social através de políticas públicas de proteções sociais, com o objetivo de equalizar situações de riscos causadas pelos desequilíbrios do mercado que atingem a população (CRESTANI; OLIVEIRA, 2017, p.302).

cidadania é, assim, uma história de lutas e conquistas relacionadas a diferentes processos nacionais de construção e democratização do Estado de direito, e o caso brasileiro não foge à regra” (BOTELHO; SCHWARCZ, 2012, p. 21).

Discussões acadêmicas⁹ sobre a política de saúde e a reestruturação das organizações de trabalhadores da área atuaram ativamente durante o período de redemocratização ficando conhecidos como o Movimento Sanitarista, lutando contra a ditadura a favor de mudanças nas condições de saúde e dos serviços prestados à população. O ápice do movimento se deu na 8ª Conferência Nacional de Saúde em 1986 em que se organizou as reivindicações por uma democratização da política de saúde que foi decisiva para a formação do Sistema Único de Saúde (SUS) que figurou na Constituição de 1988 (RONCALLI; SOUZA, 1998). A emergência da formação de um novo modelo de política de saúde pública, alicerçado na promoção da saúde, diante do esgotamento dos modelos implementados durante a ditadura militar, justificam tamanha resposta da sociedade:

Entretanto, até que a crise se estabelecesse o que vigorou foi o modelo preconizado pelos empresários da medicina e cuja ênfase estava no aspecto curativo em detrimento de ações de cunho preventivo. Esta opção prevaleceu durante toda a década de 1970 e em parte dos anos 80, período em que começaram a ser discutidas as diretrizes que atualmente orientam o Sistema Único de Saúde (PONTE, 2010, p. 191)

Segundo Porto e Garrafa, ao redefinir os rumos da política de saúde no âmbito do processo de Reforma Sanitária brasileira “aspectos relacionados a dimensão socioeconômica, como habitação, renda, trabalho, educação e hábitos pessoais, passaram a ser percebidos como condicionantes do processo” (PORTO; GARRAFA, 2011, p.720) e “Paralelo à análise desses aspectos determinantes e condicionantes da qualidade de vida que atuam na dimensão social e relacionam-se basicamente com a proteção em saúde o acesso aos serviços passou a ser visto como fundamental” perfazendo-se a qualidade de vida, a qualidade dos serviços, a diversidade e universalidade do acesso aos direitos

⁹ A segunda metade dos anos 1970 foi um período de rearticulação das forças políticas nacionais e de discussão e mobilização popular pela democratização da saúde e do próprio regime político do país (TEIXEIRA, 1988). A criação do Centro Brasileiro de Estudos em Saúde (Cebes), em 1976, e da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco), em 1979, tiveram enorme importância na luta pela democratização da saúde e da sociedade brasileira. Os membros dessas entidades atuaram como difusores da reforma sanitária e conseguiram aprofundar, por meio de textos científicos e do debate público, a crítica e a formulação teórica sobre as principais questões ligadas à saúde, pondo em prática a estratégia de se inserir nos espaços institucionais e intervir nas decisões parlamentares. O conteúdo da nova proposta que então começou a ser construída incorporou as diretrizes expressas na Conferência Internacional sobre Cuidados Primários à Saúde, promovida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em Alma-Ata, em 1978: extensão de cobertura com base na atenção primária à saúde, descentralização e hierarquização dos serviços de saúde, e participação comunitária (FALLEIROS; LIMA, 2010, p.239).

sociais como parâmetros para o sucesso das políticas voltadas a saúde e bem estar da população:

Considerando-se que os conflitos identificados no processo de saúde-adoecimento são suscitados na dimensão social, mensurados na expectativa e qualidade de vida das populações, e que decorrem da própria estrutura e dinâmica das sociedades, a bioética de intervenção indicou a dimensão coletiva como locus legítimos da reflexão bioética, consolidando uma proposição até então inédita na bioética brasileira (PORTO, 2011, 110-111).

Demonstra-se como as garantias e direitos fundamentais, que incorporam aspectos sociais que estão relacionados diretamente com a sociabilidade do sujeito, ou seja, direitos de cidadania, primários, básicos a serem garantidos a população que é intrinsecamente digna a estes, inerente a condição humana, se estabelecem imbricados na proteção dada pelo Estado, a quem cabe empossar a população desta condição de cidadania propiciando aquilo que posta o sujeito em dignidade por ele ser humano. Resta-se esclarecer que estes direitos de cidadania estabelecem sua sedimentação, nas relações políticas de direitos e deveres e que a reflexão da dimensão coletiva nas direções bioéticas é aspecto de relevância social para se tratar dessas garantias:

A ideia da cidadania é uma ideia eminentemente política que não está necessariamente ligada a valores universais, mas a decisões políticas. Um determinado governo, por exemplo, pode modificar radicalmente as prioridades no que diz respeito aos deveres e aos direitos do cidadão; pode modificar, por exemplo, o código penal no sentido de alterar sanções; pode modificar o código civil no sentido de equiparar direitos entre homens e mulheres, pode modificar o código de família no que diz respeito aos direitos e deveres dos cônjuges, na sociedade conjugal, em relação aos filhos, em relação um ao outro. Pode estabelecer deveres por um determinado período, por exemplo, àqueles relativos à prestação do serviço militar. Tudo isso diz respeito à cidadania. Mas, o mais importante é o dado a que me referi inicialmente: direitos de cidadania não são direitos universais, são direitos específicos dos membros de um determinado Estado, de uma determinada ordem jurídico-política. No entanto, em muitos casos, os direitos do cidadão coincidem com os direitos humanos, que são os mais amplos e abrangentes (BENEVIDES, 2012, p.4).

É oportuno destacar que como Benevides bem demarca, a ideia de cidadania se relaciona com as construções próprias de cada sociedade e não estão diretamente ligadas ao preconizado na Declaração Universal dos Direitos Humanos. A Constituição Federal de 1988 abarcou esta amplitude dos direitos humanos fundamentais, entretanto logo se estabeleceu um movimento de contrarreforma na direção de se declarar a

impraticabilidade de suas garantias e cumprimento da oportunista agenda neoliberal¹⁰ que avizinhava o país nas diretrizes de órgãos econômicos mundiais:

Após a promulgação da Carta Constitucional de 1988, setores que não lograram beneficiar-se com as mudanças, mobilizaram-se para obstaculizar sua implementação. Alguns setores burocráticos promoveram uma resistência passiva às mudanças, enquanto outros setores das elites políticas e burocráticas se mobilizaram em torno de duas ideias força relacionadas, mas não logicamente interdependentes: a da ingovernabilidade e a de reformas pró-mercado (MELO, 1996, p.69).

A partir de então, desde os anos 1990, a implementação de muitos direitos fundamentais de cidadania está em disputa na sociedade brasileira, em decorrência de ofensivas de ordem política e econômicas.

Na seguridade social têm-se a implantação do SUS, a criação do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), este último apenas no ano de 2004. Programas de transferência de renda foram implantados no início dos anos 2000. A política de previdência social sofreu inúmeras reformas sobre a justificativa de déficits orçamentários.

Em 1996, após 8 anos de tramitação foi aprovada e sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDBEN) que buscou colocar a educação brasileira a altura do texto constitucional de 1988. Avanços como a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), juntamente com a expansão da rede de ensino médio-técnico e tecnológico federal a partir do ano de 2007, caminhou na direção da interiorização das Universidades Federais, previsto na carta magna (ZAMBELLO, 2013). Não obstante, os desafios na política de educação no Brasil, se apresentam tão complexos quanto persistentes.

A Reforma Trabalhista de 2017 minou direitos trabalhistas na direção de uma flexibilização e simplificação das relações entre empregadores e trabalhadores. Com a pretensão de incentivar a geração de empregos. Todavia, o que se tem sinalizado é um agravamento da precarização do mercado de trabalho brasileiro e da proteção social:

¹⁰ “A mensagem neoliberal que o Consenso de Washington registraria vinha sendo transmitida, vigorosamente, a partir do começo da Administração Reagan nos Estados Unidos, com muita competência e fartos recursos, humanos e financeiros, por meio de agências internacionais e do governo norte-americano. Acabaria cabalmente absolvida por substancial parcela das elites políticas, empresariais e intelectuais da região, como sinônimo de modernidade, passando seu receituário a fazer parte do discurso e da ação dessas elites, como se de sua iniciativa e de seu interesse fosse. Exemplo desse processo de cooptação intelectual é o documento publicado em agosto de 1990 pela Fiesp, sob o título "Livre para crescer - Proposta para um Brasil moderno", hoje na sua 5ª edição, no qual a entidade sugere a adoção de agenda de reformas virtualmente idêntica à consolidada em Washington” (BATISTA, 1994, p.6).

O trabalho na era da reconfiguração, da terceirização, da flexibilização e da fragilização da proteção social esvazia-se ainda mais de sentido à medida que prevalece a noção de labor, termo que designa um trabalho árduo e pesado, à de opus. Apesar do Brasil não ter vivenciado um período de regulação pública do trabalho, pois mesmo com a existência de uma ampla legislação, as condições objetivas do mercado de trabalho sempre foram muito desfavoráveis e flexíveis para os trabalhadores, a atual contrarreforma significa um retrocesso social e não nos prepara para enfrentar os desafios do futuro do trabalho. (KREIN, 2018, p.99).

O trabalho potencializando-se como labor em oposição a opus, explica os tempos de desconstrução, mas cabe reflexões. A obra-prima, a constituição cidadã, que se forjou nas lutas pela redemocratização, num contexto histórico com substancial participação dos mais diversos setores da sociedade brasileira, à época, se constituiria para lapidar a nação, que quiçá, está longe do produto que se tem até agora, um país com tamanha desigualdade, concentração de renda, intolerâncias e desafios de toda ordem no campo das políticas públicas sociais. O processo deve ser repensado para que a obra-prima não seja apenas exposta e admirada, mas materializada. Nesta direção:

Devido às enormes e aviltantes desigualdades socioeconômicas que impactam a realidade nacional, a supressão de um substancial contingente populacional do processo produtivo e a exclusão da maioria dos brasileiros das condições que caracterizam a qualidade de vida, e, considerando ainda a importância de fomentar e fortalecer a noção coletiva de pertencimento a uma mesma sociedade, moldada sob a égide de uma cidadania em comum partilhada por todos, a bioética de intervenção preconiza como moralmente justificável na esfera pública a priorização de políticas que privilegiem o maior número de pessoas, pelo o maior tempo possível e que resultem no bem comum, ou seja, “nas melhores consequências para toda a coletividade”. No campo privado e na dimensão individual, aponta para a necessidade de fomentar a libertação, sustentar o empoderamento e assegurar a emancipação dos sujeitos sociais, buscando assim alcançar sua inclusão plena na dinâmica relacional da sociedade (PORTO; GARRAFA, 2011, p. 725-726).

A bioética de intervenção tem se constituído como uma ferramenta comprometida com a construção coletiva de propostas, das decisões e da concreta efetivação das políticas que são direitos fundamentais, reportando-se também como uma instância de denúncia aos entraves que impedem esta efetivação, corroborando com a ampliação da percepção da coisa pública para o alcance e ao controle social dos cidadãos:

[...] a bioética de intervenção politizou a bioética, despertando os bioeticistas para os pressupostos da Reforma Sanitária e indicando que os conflitos em Saúde, que se originam na dimensão social são temas por excelência da ética aplicada. Estimulou a consciência de que corpo e mente são um, buscando a superação do paradigma cartesiano. Apontou que cada pessoa é efetivamente um ator na sociedade e deve agir para regular a dinâmica das inter-relações sociais com base nos princípios de justiça, orientados pelos direitos humanos, segundo as necessidades coletivas (PORTO, 2011, P124-125).

Uma ética aplicada à promoção de conscientização para com o bem comum e de luta por uma sociabilidade que verdadeiramente dignifique a vida humana. Uma utopia¹¹, “Por se tratar de proposta teórica voltada a fomentar uma sociedade ideal, fundamentada em leis justas e em instituições político-econômicas verdadeiramente comprometidas com o bem estar da coletividade” (PORTO, 2011, p.109). Não confere a proposta, a presunção de aperceber a totalidade da complexidade do real, como confere Porto, que destaca, entretanto, o potencial de “subverter o status quo que a bioética de intervenção já demonstrou” (PORTO, 2011, p.125), como impulso para que “tal possibilidade se estenda definitivamente ao objeto do campo, os seres humanos e seus conflitos de vida e morte, ensejando a superação das iniquidades que hoje marcam o mundo” (PORTO, 2011, p.125).

Cabe, por conseguinte, resgatar que os formuladores da bioética de intervenção “Garrafa e Porto preocupavam-se, naquele momento, com a escalada do pensamento neoliberal e com a retirada dos Estados da posição de árbitro e agente em relação à partição equânime dos direitos sociais e econômicos na dimensão coletiva” (PORTO, 2011, p.113), numa direção de condizer procedente à bioética debater/combater as imposições da ordem neoliberal e suas prerrogativas de desmonte do Estado, promotor de direitos. Reitera-se que o embate se perfaz atual, no que remonta a persistência da luta por efetivação de direitos frente as ofensivas neoliberais.

¹¹ A antropóloga Dora Porto (que com o médico Volnei Garrafa figuram como os criadores da Bioética de Intervenção) em retrospectiva reflexiva refere-se a bioética de intervenção: “Além de ‘ideia generosa, porém [em essência] impraticável’, considere pertinente a classificação utopia no sentido filosófico, político e sociológico. A meu ver, a bioética de intervenção pode ser tomada como “base ética para um modelo abstrato e imaginário de sociedade ideal”, tal como o “socialismo utópico”, à medida que “critica a organização social existente”, ainda que, por se tratar de proposição acadêmica, não esteja diretamente “vinculada às condições políticas e econômicas capazes de aplicar essas bases à realidade” concreta da vida em sociedade. Apesar disso é indissociável o seu mérito de apontar além do virtuoso platônico, pelo qual vagava a reflexão bioética orientada à dimensão social, e conferi concretude à ideia de ampliar parâmetros éticos na condução dos impasses relativos à questão da vida – e da morte – em sociedade (PORTO, 2011, p.109-110).

4 DIÁLOGO ENTRE BIOÉTICA DE INTERVENÇÃO E A COLONIALIDADE DA VIDA

As realidades díspares dos países ao Norte do paralelo do Equador em relação aos países do Sul¹², denotam relações historicamente marcadas por dominação e subordinação que perpetuam em face de processos de colonização forjados pelos povos do Norte em relação aos do Sul. Estas relações de dominação, têm sido depuradas e suas roupagens desmistificadas por vertentes do pensamento crítico. Em uma dessas abordagens, o pensamento decolonial “cujo marco se reporta à teoria da colonialidade do poder, elaborada pelo sociólogo peruano, Aníbal Quijano” (FEITOSA; NASCIMENTO, 2015, p. 279), aprofunda-se no debate acerca de uma ruptura epistêmica e insurgência, desde o Sul.

A bioética de intervenção “propõe uma politização das questões morais abordadas pela bioética desde um referencial que seja adequado para o contexto de exclusão dos países do hemisfério sul, e sobretudo o contexto latino americano” (NASCIMENTO; GARRAFA, 2011 p.288). Para tal, a crítica das bases teóricas da bioética hegemônica se sustenta por sua inflexibilidade aos diversos contextos culturais e inabilidade em lidar com os problemas oriundos da questão social, tipificados nos países do Sul. Nesta direção, é deflagrada uma crítica a epistemologia da bioética principialista, de matriz estadunidense em que “sua adequação ao estudo dos conflitos e situações que ocorrem nos países pobres da parte Sul do mundo é indispensável e urgente.” (GARRAFA, 2005 p.125).

Confere que, desde então, a bioética de intervenção se estruturou, principalmente no Brasil, se pautando em “politizar as questões morais, desde de o lado mais vulnerável das populações” (NASCIMENTO, 2011 p.60). Sua adesão em favor aos vulneráveis denota sua construção epistêmica contra hegemônica:

¹² “Esta concepção de Sul sobrepõe-se em parte com o Sul geográfico, o conjunto de país e se regiões do mundo que foram submetidos ao colonialismo europeu e que com exceções como, por exemplo, a Austrália e da Nova Zelândia, não atingiram níveis de desenvolvimento econômico semelhantes ao do Norte global (Europa e América do Norte). A sobreposição não é total por que, por um lado, no interior do Norte geográfico classes e grupos sociais muito vastos (trabalhadores, mulheres, indígenas, afrodescendentes, mulçumanos) foram sujeitos à dominação capitalista colonial” (SOUZA SANTOS, MENESES, 2010, p.19).

A tarefa de oferecer reflexões e alternativas às questões persistentes no hemisfério Sul, exige da BI – e de toda bioética politicamente comprometida – uma lúcida relação crítica e aberta com os instrumentos teóricos que vêm do Norte, pois todo o discurso fundado na colonialidade se apresenta como generoso. O objetivo, portanto, é utilizar criticamente o pensamento desde o Sul, para o Sul, através do Sul, com a apropriação crítica das ferramentas conceituais advindas de diversos lugares, incluindo o Norte, mas sempre com a perspectiva de que as ferramentas conceituais lá construídas – ao menos as hegemônicas – escondem as armadilhas da colonialidade. A BI, com uma fundamentação epistemológica crítica direcionada a estudar as desigualdades sociais e outras situações persistentes existentes no Sul, por ter se arvorado a pensar para o Sul, apresenta-se com uma precondição e disposição concretas para fazer parte do contexto de uma perspectiva de crítica à colonialidade do poder, do saber, da vida (NASCIMENTO; GARRAFA, 2011, p.294).

Nascimento e Garrafa (2011, p.288), em conformidade com “o caráter aberto, em construção e dialógico” da bioética de intervenção (BI) incita a um aprofundamento de suas bases, partindo dos estudos sobre a Colonialidade. Em sua tese de doutoramento em Bioética, Nascimento (2011), apresenta subsídios, a partir do arcabouço teórico produzido no âmbito dos estudos sobre Colonialidade, ao problematizar aspectos frágeis das conceituações epistêmicas e das teorias éticas da bioética de intervenção, visando potencializar a busca por soluções pensadas desde o Sul, para responder estas inquietações.

Dentre suas reflexões, destaca-se que “A bioética latino-americana, sobretudo a bioética de intervenção, colocou-se em posição de vanguarda na percepção da lógica colonial moderna” (NASCIMENTO, 2011, p.164). A sua crítica à bioética hegemônica, aos modos padronizados de vida e às investigações clínicas em seres humanos, a colocam nesta posição de resalto.

Nascimento, caminha na direção de um “reencontro” entre bioética e biopolítica, ao cunhar o termo colonialidade da vida, terrenos que conversam, entretanto críticos buscaram reduzir a politização da bioética em biopolíticas:

A noção de vida afirmada neste contexto é já a de uma vida colonizada, subordinada aos processos de hierarquização e domínio que devem ser conduzidos para uma “boa gestão” das populações. E aqui, o capitalismo, a ideia de raça, a marcação dos corpos pelo gênero – o que Foucault (1988b, p.76) chama de lógica do sexo em oposição a uma física do sexo – e a consolidação de uma nova racionalidade política encarnada no Estado, sobretudo com o surgimento e desenvolvimento das formas de liberalismo, são absolutamente fundamentais para essa nova gestão da vida. Esta nova política da vida está completamente atravessada pela colonialidade (NASCIMENTO, 2011, p.111).

Pensando a partir da Colonialidade, Nascimento (2011) depõe sobre as hierarquias constituídas sobre a vida e que fazem algumas pessoas ou povos serem mais importantes que outros e os pretextos que se perfazem como justificativas para uns

sobrepôr-se a outros por sua condição de superioridade/inferioridade nesta hierarquia, que também acaba por legitimar os modos de vidas que são “civilizados” e os que devem se “civilizar”. Assim, “então embora tenham nuances específicas, bioética e as análises da biopolítica estão interconectadas em seus propósitos de entender os mecanismos de poder sobre a vida que se fundam em torno de uma imagem de vida” (NASCIMENTO; GARRAFA, 2011, p.292). Nesta direção, Nascimento identifica a colonialidade da vida como alicerce da biopolítica vigente, da naturalização desta hierarquização das vidas e, conseqüentemente de condições desumanizantes:

A incisiva denúncia que a BI tem feito sobre o Double standard em pesquisas clínicas desenvolvidas pelo National Institute of Health dos Estados Unidos em diversos países periféricos, principalmente no continente africano, mas também na América Latina, de alguma maneira já carrega uma denúncia não somente sobre a hierarquização política (ou biopolítica) da gestão de vida de uma sociedade sobre outra, mas também de uma hierarquia de vidas “desenvolvidas” sobre vidas “não desenvolvidas” (NASCIMENTO; GARRAFA, 2011, p. 292)

A defesa de práticas como o duplo padrão em pesquisa, sinaliza a naturalização das desigualdades entre os seres humanos. Práticas violentas minimizadas e postuladas como meio para angariar proveito de populações graças às condições desfavoráveis, as quais, estão submetidas no jogo biopolítico regido pela colonialidade da vida. Não obstante, são muitas as condições em que seres humanos são submetidos sob condições/relações de subordinação/interiorização em prol da manutenção de privilégios de povos circunscritos no topo da hierarquia geopolítica mundial, os quais delineiam as regras como nas incidências das políticas neoliberais na vida das populações na América Latina, que tem consolidado o cenário de desigualdades e privações.

Para Nascimento (2011, p.112), uma ontologia da vida se constitui pela colonialidade que se articula para controlar/hierarquizar/justificar o projeto moderno na imagem do mundo eurocêntrico de interpretação. Segundo Mignolo (2019, p.4), “O problema em relação à colonialidade do conhecimento, e de existir dentro de seu domínio (conhecer, sentir e crer), é que ela nos faz acreditar na ontologia daquilo que as “ficções universais” do Atlântico Norte nos convenceram a aceitar como certo ou verdadeiro”. Outrossim, o modo que se opera a colonialidade na vida das pessoas num país com tamanha desigualdade como o Brasil, remete as tensões nas configurações de modos de vida dispares, distintos em demarcação a estas desigualdades profundas, assim como pela diversidade cultural que se assenta em todo território nacional. Não obstante, estas desigualdades socioeconômicas demarcadas em entrelaçamento a diversidade cultural,

convivem próximos e conflitantes, numa relação de interdependência. Vivem lado a lado, seja numa grande metrópole ou numa pequena cidade do interior.

Nesta convergência, se situam muitas facetas que tem condicionado a um papel ainda mais maximalizado de subalternidade àqueles situados na base desta pirâmide social dirigida pela colonialidade da vida no controle bipolarizado das populações. A tensão nos modos de vida que se operam em nome de diversos interesses da gestão da colonialidade, faz-se refletir sobre como estes processos, que são históricos tem impactado os modos de vida e por seguinte, sufocado o viver pelo sobreviver.

É neste contexto, que se traz a atenção para as migrações, em que se pode sobrevir, prevalecer o suprir as condições para sobrevivência, em contraponto ao desejo genuíno de viver a vida raiz, ou idealizada, ou sonhada, na medida da razão que ela se projeta para além da fronteira, que é múltipla em significados e possibilidades (projeção, imposição, reinvenção), num processo que é regido pela colonialidade da vida e traz em sua essência consensualidade limitada, instruída de concessões e consequências, ganhos e perdas. Mignolo se debruça em denotar as ciladas do projeto moderno forjado pela colonialidade nas amarras da classificação e hierarquização que se desdobram na construção da modernidade:

Com o surgimento da ideia do Estado – nação e a definição dos “Direitos do Homem e do Cidadão”, as portas foram fechadas para os menos – Homens [lesser – Man] e não cidadãos, isto é, os “não nacionais”. E então surgiu o significativo problema de Estado – nação europeu moderno, secular e burguês, que se propagou por todo o mundo. Qual é o problema do estado – nação? O fato de que o estado -nação se preocupa (na prática, mas não em teoria) com os nacionais e não com os seres humanos. Os não nacionais são seres humanos inferiores [lesserhumanbeings]; eles são estrangeiros, imigrantes, refugiados, e, para os colonizadores, os indígenas das terras em que eles se instalam são nacionais de segunda classe (MIGNOLO, 2019, p.4).

Ao se transpor esta retratação demonstrada por Mignolo (2019, p.12) acerca da “Matriz Colonial de Poder”, para a realidade interna brasileira, reverbera que “no interior do Sul geográfico houve sempre as ‘pequenas Europas’, pequenas elites locais que se beneficiaram da dominação capitalista e colonial e que depois das independências a exerceram e continuaram a exercer pelas próprias mãos, contra as classes e grupos sociais subordinados” (SOUZA SANTOS; MENESES, 2010, p.19). Na constância das migrações internas no país, subentende-se a manifestações destas relações de dominados e subordinados na esteira da produção e reprodução das desigualdades regionais, que alimentam a busca pelo sobreviver sob as regras que a imigração subjaz. A estes estranhos imigrados, parece preservar-se uma noção análoga a do “não nacional”, “não munícipe”,

do não pertencimento e para tanto, suas condições de sujeitos de direitos fora do seu território de origem se torna algo conflituoso.

Dora Porto em relação a corporalidade, que é um conceito primaz incorporado pela bioética de intervenção, sustenta que sua concretude existencial emerge como conceito para se transitar entre estas complexidades que se entornam no mundo regido pela biopolítica da colonialidade da vida:

“[...] o corpo é essencial para a existência humana, o universal que permite a compreensão entre todas as pessoas, já que todas têm corpo e que é regulado por dor e prazer. Ainda que se desconheça o idioma de alguém, não se entenda seu comportamento nem se saiba interpretar seus costumes é possível identificar e compreender dor e prazer em outras pessoas. (...) Em contrapartida, a especificidade da condição em cada sociedade varia. É exatamente a interpretação que as distintas culturas fazem das diferenças entre indivíduos, grupos, segmentos e populações que endossa a situação de desigualdade no plano individual e coletivo no que tange a dinâmica social interna, bem como às iniquidades entre as sociedades no que diz respeito às relações no âmbito global. Portanto, a noção de pessoa não pode ensejar o reconhecimento e a superação das diferenças. (...) Para a bioética de intervenção esse veículo conceitual é o corpo, próprio a qualquer pessoa, em qualquer tempo, cultura ou sociedade (PORTO, 2011, p. 118-119).

Nascimento (2011), consonante com sua pretensão construtiva de delinear as lacunas a serem problematizadas na conceituação da bioética de intervenção, destoa de Porto ao demarcar que o corpo na modernidade:

“[...] carrega a marca da colonialidade: o corpo racializado, o corpo engendrado (no sentido de produzido e marcado pelo gênero) e sexualizado, o corpo etarizado, o corpo trabalhador. Sem localizar essas características das bio-políticas dos corpos a abstração corre o risco de, novamente, homogeneizar os fenômenos complexos que envolvem a corporeidade moderna, invisibilizando as maneiras como os corpos são também hierarquizados” (NASCIMENTO, 2011, p.103).

Em contraposição a tendência de localizar o corpo como um conceito universal posto por Porto e considerado nas teorizações da bioética de intervenção, Nascimento (2011, p.105) desloca-o para a perspectiva decolonial, postulando que os corpos latinos insurgem antagônicos a imagem do corpo padrão, estabelecido pelo status quo, o que logo indica que uma universalidade do conceito de corpo não abstrai as marcas desta ontologia da vida decorrente da colonialidade. Mignolo confere que “Desvincular-se do controle das forças estrangeiras sobre as vidas, caminha de mãos dadas com a ação de reconstruir e reexistir sob novas condições e modos de existências próprios” (MIGNOLO, 2011, p.12). São nos corpos que se demarca a ideia moderna de raça que Quijano (2005) demonstrou ser central a toda construção moderna vigente. Ora, corpo e

humano são conceitos que estão atravessados pela colonialidade. Boaventura Santos destaca que:

Gradativamente, o discurso dominante dos direitos humanos passou a ser o da dignidade humana consonante com as políticas liberais, com o desenvolvimento capitalista e suas diferentes metamorfoses (liberal, sócio-democrático, dependente, fordista, pós fordista, fordista periférico, corporativo, estatal e neoliberal etc.) e com o colonialismo igualmente metamorfoseado (neocolonialismo, colonialismo interno, racismo, trabalho análogo ao trabalho escravo, xenofobia, islamofobia, políticas migratórias repressivas etc.). Temos de ter em mente que o mesmo discurso de direitos humanos significou coisas muito diferentes em diferentes contextos históricos e tanto legitimou práticas revolucionárias como práticas contrarrevolucionárias. Hoje, nem podemos saber com certeza se os direitos humanos do presente são uma herança das revoluções modernas ou das ruínas dessas revoluções (SOUZA SANTOS, 2010, p.25).

Imbricado como eixo norteador da dimensão política da bioética de intervenção, os direitos humanos encontram ambivalências. Sendo a Declaração Universal dos Direitos Humanos uma construção histórica e eurocêntrica e que se postula universal, não é visto como incontestado no plano decolonial. Nascimento (2011) depura que:

Os direitos humanos – como quaisquer direitos – não são apenas um conjunto de normativas. Implicam em meios, contextos e agentes de aplicação, suposições – algumas discutidas e outras veladas e discursos de legitimação. A sua pretensão de universalidade acaba por colocar em choque seus supostos com a contingência de todos os itens na constituição e difusão dos direitos humanos (NASCIMENTO, 2011, p.98).

Não escapa das análises de Nascimento, as inquietudes provocadas pela universalidade, aplicabilidade e as especulações que permeiam a noção de direitos humanos, em razão das mais diversas correntes e finalidades para os quais os agentes e os movimentos os tomam como bandeira para legitimar suas ações. Em especial destaca-se que “há, quando da divergência, a tendência de sobrepor a “ideia universal” às ideias locais sob o pretexto de que na localidade ainda se esconde um determinado atraso que vulnerabiliza os particulares e também o restante do mundo” (NASCIMENTO, 2011, p.98). É, portanto, necessário ater-se as artimanhas que estão ao nosso redor enviesado pelas construções do pensamento moderno e eurocêntrico.

As particularidades do ponto de vista da localidade, da diversidade, do direito de existir e afirmar sua existência precisam de mais do que a “Declaração Universal dos Direitos Humanos” para se garantir. Afinal, como já posto, as ideias de corpo e humano assim como, a percepção dos direitos que cabe a estes não é universal. A diversidade cultural e humana não delimita a sua amplitude a noções construídas dentro da

inteligibilidade da colonialidade, haja vista que são construções que “ocupam o paradoxal lugar de serem tributários das consequências da Modernidade e de sua busca de combater os desmandos impetrados contra os seres humanos” (NASCIMENTO, 2011, p.97). Não obstante, respondem a demandas que se postularam insuportáveis aos padrões desta inteligibilidade, cabendo a crítica decolonial um papel incisivo em apontar caminhos. Boaventura Santos sugere:

A busca de uma concepção contra – hegemônica dos direitos humanos deve começar por uma hermenêutica de suspeita em relação aos direitos humanos tal como são convencionalmente entendidos e defendidos, isto é, em relação às concepções dos direitos humanos mais diretamente vinculadas à matriz liberal e ocidental (BOAVENTURA SANTOS, 2010, p.25).

Esta diretiva leva a se atentar na “inspiração iluminista, cristã e liberal” (NASCIMENTO, 2010, p.97), que os direitos humanos trazem na sua construção histórica, e reverberar contra as posições que se apresentam distintivas aos interesses dos povos subalternos e do vulnerável. Uma atenção que a bioética de intervenção, em consonância aos seus postulados de bioética social, politizada que, se prende ser desde o Sul, lhe parece pertinente para aprofundar no campo individual e coletivo de suas defesas embasadas nos direitos humanos.

A interlocução da bioética de intervenção e o pensamento decolonial se apresentam com substancial potência, ao passo que, este pensamento se coloca a esteira da desmistificação e desnaturalização das relações de subalternidade. Tampouco, é nesta direção epistemológica que se aprofunda a afirmação e valorização da diversidade cultural, como no caso brasileiro que, em sua dimensão continental, a formação de seu povo e a interlocução de culturas são expressões únicas, diversas e locais, que estão a mercê da diluição do projeto moderno/colonial em vigência.

5 O MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO DO DOURADO – MG

5.1 O sul de Minas Gerais

A região do sul de Minas Gerais é delineada por terras entremeadas entre a Serra da Mantiqueira e o Rio Grande. Decerto, por ser uma região rica em recursos naturais, dentre eles: terras férteis, água em abundância e presença de minerais, dentre os quais, preciosos, a colocaram em rota de afeição em que historicamente foi disputada, desde o Brasil Colônia, entre as capitânicas de São Paulo e Minas Gerais (BRUNO, 1967, p. 49).

Bandeirantes ocuparam este território durante o século XVII, ações que são retratadas no imaginário da região na figura do bandeirante Fernão Dias. Segundo Bruno (1967), a tomada se deu em dois momentos: pelo “povoamento e ocupação das terras montanhosas, em seguida a descoberta das jazidas de ouro” (BRUNO, 1967, p.67). O povoamento das regiões mais afastadas da Mantiqueira e próximas de rios afluentes do Rio Sapucaí, principal afluente do Rio Grande na região, ocorreu através do avanço do garimpo de ouro nestes rios, juntamente com as passagens de rotas de tropeiros pelas terras Sul Mineiras, entre as capitânicas mais ao sul e o cerrado do planalto central. Consta em Bruno (1967), além do acima relatado, de que, em meados do século XVIII, a descoberta de ouro, na margem esquerda do Rio Sapucaí, intensificou a ocupação deste lado da margem, em direção ao Rio Grande.

A emancipação de Villa da Campanha, povoado na região do Rio Verde, constitui-se um marco para a formação do Sul de Minas, ocorrida em 20 de novembro de 1798, com o desmembramento da cidade do município de São João Del Rei, evento este, que abriu caminho para o desenvolvimento da região e afirmação da posse das terras aos mineiros.

Todavia, mais ao sul, em direção a São Paulo, formaram-se inúmeras fazendas de policultura e pecuária, dando origem a núcleos populacionais que vieram a se tornar municípios. Segundo Carvalho (1998), esta mudança de direção se deu em decorrência do declínio da atividade do garimpo.

Os principais povoados do município de Campanha foram: Baependi, Jacuí, Itajubá, São Gonçalo do Sapucaí, Lavras e Pouso Alegre. Portanto, durante o século XX,

estes se desmembraram em outros povoados, através de leis estaduais que promoveram constantes divisões e promoções administrativas.



Figura 1 - Mapa do termo da villa de Campanha em 1814.

Fonte: Geocities

Predominam, no Sul de Minas Gerais, pequenos municípios com dependência da agropecuária e da máquina pública para a subsistência de suas populações:

A urbanização do Sul de Minas se dá no contexto contraditório em que a economia brasileira ainda é majoritariamente agrícola e mercantil e, ao mesmo tempo, vê a construção do mundo urbano moderno do início do século XX atrelado ao avanço do capitalismo nos países centrais. Esse contexto contraditório é característico da transição, o rural atrasado como base econômica, ao mesmo tempo estimula e limita o avanço do urbano moderno, criador de uma - vida de cidade pequena (SIMMEL, 1987, p.12) e de uma infraestrutura básica para atender às necessidades do capital. As condições para sua reprodução chegam, via provisão de infraestrutura, mas de modo limitado, respeitando os contornos impostos pela interação entre o rural e o urbano (SAES, GAMBI, CURTI, 2015, p.26).

A indústria se apresenta em polos regionais nas maiores cidades, mas nacionalmente, o Sul de Minas é conhecido por ser o maior produtor nacional de café, cultura agrícola predominante, intercalada com outras de menor importância econômica. Por sua vez, determinados municípios, por suas características específicas, dedicam-se em outros cultivos. A pecuária, tanto leiteira, quanto de corte, se faz presente. Enfim, não

sendo nosso enfoque fazer um estudo do perfil populacional e fundiário, de uso do solo na região, neste estudo retém-se as informações introdutórias e aos dados apresentados. (IBGE Cidades, 2020).

A imigração europeia, notavelmente italiana, marcou a região com sua latente cultura. Não menos, o povo africano, em sua jornada imigratória involuntária, também se faz presente. Índícios dão conta de que a região foi território de tribos kataguases (CARVALHO, 1998). Esta presença indígena, não é notada na atualidade. Estes nativos foram praticamente dizimados ou absorvidos pela “civilização”, não havendo tribos ou terras demarcadas, ocorrendo apenas vestígios catalogados acerca de sua ancestral presença nesta região.

As marcas da formação do povo sul mineiro remeteriam as do povo brasileiro. Para Darcy Ribeiro (2006) o povo brasileiro nasce de uma identidade de separação que ele chama de “ninguentude” em face de sua condição de “povo novo”¹³ que sofre a rejeição de sua criação, das suas matrizes étnicas (brancos, negros e indígenas) no processo de miscigenação marcado pela violência da escravidão. Esta negação seria o denominador para se considerar uma etnia brasileira. Kabengele Munanga questiona se a voz dos mestiços brasileiros estaria realmente contemplada nas conclusões de Darcy:

No nosso entender, o modelo sincrético, não democrático, construído pela pressão política e psicológica exercida pela elite dirigente, foi assim ilacionista (Munanga, 2003, 2002-2006). Ele tentou assimilar as diversas identidades existentes na identidade nacional em construção, hegemonicamente pensada numa visão eurocêntrica. Embora houvesse uma resistência cultural tanto dos povos indígenas como alienígenas que aqui vieram ou foram trazidos pela força, suas identidades foram inibidas de manifestar-se em oposição à chamada cultura nacional. Esta, inteligentemente, acabou por integrar as diversas resistências como símbolo da igualdade brasileira, na cabeça da elite pensante e política, deveria obedecer a uma ideologia hegemonicamente baseado no ideal do branqueamento. Ideal esse perseguido individualmente pelos negros e seus descendentes mestiços para escapar aos efeitos da discriminação racial, o que teve como consequência a falta de unidade, de solidariedade e de tomada de uma consciência coletiva, enquanto segmentos politicamente excluídos da participação política e da distribuição equitativa do produto social (MUNANGA, 2010, p.446).

Em contrapartida, Munanga vê na construção de uma “unidade dos excluídos” que faz Darcy, a direção de uma homogeneização cultural, na cultura nacional, mesmo reconhecendo a mestiçagem, denota a armadilha de não contemplar o plural, o multiculturalismo como marca da cultura nacional. A reboque, o mandonismo local

¹³Darcy Ribeiro chama de “povos novos” aqueles que surgem “pela confluência de contingentes profundamente díspares em suas características raciais, culturais e linguísticas, como um subproduto de projetos coloniais europeus” (RIBEIRO, 1983, p.92).

(QUEIROZ, 1976) resenha a vida política brasileira em sua formação e ainda se percebe um conservadorismo nos costumes e tradições preservadas, deste o início de segunda década do século XXI:

Para que haja luta de classe é preciso que haja consciência de classe, solidariedade de classe. Essa consciência não existia antigamente entre nós; os que estavam colocados mais baixo na escala social não tinham noção de que interesses diferentes podiam separá-los das camadas mais elevadas; a solidariedade aqui existente tinha por base a tribo familiar com parentes, aderentes, agregados, isto é, laços de dependência consanguínea, material e moral. Para o sitiante compadre e em situação privilegiada do Coronel Fulano, estar o Coronel Fulano de cima na política era estar o sitiante amparado e em situação privilegiada; seus interesses se entrelaçaram por esse lado com os do Coronel Fulano, embora ambos pertencessem a camadas sociais diferentes (QUEIROZ, 1976, p.18).

Queiroz, no excerto acima, resume como se deu a formação do poder local e a cultura política resultantes do coronelismo, clientelismo, favoritismo, assistencialismos, que ainda permeiam a vida política brasileira. Para que este processo cultural se enrijecesse na formação histórico cultural brasileira, Queiroz (1976) destaca variáveis diversas que perpassam pelo histórico do modelo de colonização, processos de viés econômico, culturais, históricos e sociais que, vinculados a uma consolidação da produção agrícola latifundiária e sobretudo após os levantes ocorridos para sobrepor o Regime Regencial, foram outorgadas, a muitos destes latifundiários, a patente de coronel, para recrutarem pessoas alinhadas aos interesses da nação na reformulação dos quadros militares na criação da guarda nacional. Sucessivamente, esta esfera de influência foi se estendendo e se realinhando com as mudanças societárias, avançando no século XX, consolidando também as representações nepotistas e oligárquicas e se perfazendo no neoconservadorismo cotidiano e da “nova direita” do século XXI (GALLEGO, 2018).

5.2 Espírito Santo do Dourado - MG

Ao se perfilar o município de Espírito Santo do Dourado, converge-se ao panorama de um típico município do sul mineiro, de pequeno porte e com dependência do setor primário na sua economia. Consta que o plantio de lavouras de morango se intensificou notavelmente, a partir dos anos 2000. Resultante da implantação dessa cultura no município tem sido o contínuo fluxo de imigrantes proveniente das regiões Norte e Nordeste do Brasil para suprir demanda por mão de obra nestas lavouras (ÁVILA, 2019).

Quadro 1 - Perfil do município de Espírito Santo do Dourado – MG.

Município de Espírito Santo do Dourado – MG		
Localização	Características Geográficas	Indicadores
Unidade Federativa: Estado de Minas Gerais; Mesorregião: Sul/sudoeste de Minas; Microrregião: Pouso Alegre.	Área: 263,849 km; População: 4429 habitantes/Censo IBGE/2010; 4692 habitantes/ estimativa 2019; Densidade: 16,79 hab./Km; Clima: Tropical de altitude.	IDH-M: 0,685 médio PNUD 2010; PIB/ per capita: R\$ 15.208,99 (2017).

Fonte: IBGE Cidades.

Consta no Plano Plurianual de Assistência Social 2018/2021(2018, p.15) em decorrência da imigração no item “População atual do município” a utilização de dados do Relatórios do Território da equipe ESF– (Estratégia Saúde da Família – Espírito Santo Dourado-MG) referentes ao mês de novembro 2018, para se confrontar com os dados estimativos do IBGE, num esforço para se aproximar de uma diagnóstico sócio – demográfico fidedigno a realidade do município:

Quadro 2 - Comparativo da população estimada IBGE Cidades e referenciada no ESF.

Ano	População Estimada/ Referenciada.
2018	4673 habitantes IBGE Cidades.
	5388 pessoas referenciadas.

Fonte: Do autor.

Confere destacar que a transferência de recursos para o financiamento das políticas públicas no âmbito da esfera local seguem complexos mecanismos, tendo no Fundo Público¹⁴ um importante financiador, já que muitos municípios não sobrevivem com suas arrecadações próprias, principalmente os de pequeno porte como é o caso de Espírito Santo do Dourado. A União e os Estados arrecadam valores que são superlativos

¹⁴ “Os fundos sociais têm sua origem no Brasil na luta contra a ditadura e no processo constituinte para aprovação de uma legislação que, com base na Constituição Federal, assegura-se a ampliação dos direitos sociais (ROCHA, 2002). Nesse sentido, o modelo de fundos públicos buscado foi aquele com conselhos de composição paritária entre os representantes governamentais e não governamentais para acompanhar e fiscalizar políticas públicas, apesar de ainda hoje prevalecer um montante elevado de recursos que ficam “fora dos fundos” em relação às respectivas políticas, pois ao criar um fundo vinculam-se receitas para a execução de determinados programas de trabalho. Por exemplo, cerca de ¼ dos recursos liquidados⁵ nas funções saúde, previdência e assistência social não passam pelos respectivos fundos sociais dessas políticas” (SALVADOR, 2012)

as suas despesas administrativas. Estes valores são repassados aos municípios para que possam arcar com a máquina pública. Vários destes repasses, levam em consideração a proporcionalidade relacionada a população, e outras variáveis ligadas, diretas e indiretamente, a população residente no território: como licenciamento de veículos, movimentação comercial, dentre outros. Deste modo, o tamanho da população de um município reflete nos repasses que este município recebe das outras esferas federativas e na sua arrecadação própria. Não obstante, a prestação de contas destes serviços, também alimenta os sistemas integrados que contabilizam os serviços prestados.

É importante destacar a dependência dos pequenos municípios, ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM)¹⁵, em que “A sua distribuição aos Municípios é feita de acordo com o número de habitantes, onde são fixadas faixas populacionais, cabendo a cada uma delas, um coeficiente individual, conforme determinado na Lei nº 5.172/96” (MASSARDI, ABRANTES, 2016 p.1398), instituída na Constituição Federal de 1998 e que se consolida diante de uma defasagem entre as arrecadações e despesas locais. Estes valores do FPM refletem no atendimento das demandas geradas no âmbito das políticas sociais, já que percentuais orçamentários são vinculados para políticas de saúde e educação.

¹⁵ “A Constituição Federal de 1988 promoveu alterações na repartição de poderes do País gerando novos pactos e compromissos políticos e sociais, acompanhada da descentralização política e financeira dos entes federativos, com destaque para a descentralização tributária para estados e municípios. Assim como enfatiza Prado (2007), no contexto da centralização de recursos, cabe aos governos nacionais instituir sistemas de transferências para ajustar o desequilíbrio financeiro entre as diferentes esferas de governo, reduzir as disparidades existentes entre as unidades federadas de mesmo nível e, financiar projetos e programas de interesse nacional. Dessa forma, a composição das receitas dos municípios é formada pelas arrecadações próprias e pelas transferências intergovernamentais, cujos recursos podem ser de livre aplicação ou vinculada a algum tipo de atividade específica por parte do ente federado para qual o recurso é destinado, gerados pela existência do Fundo de Participação dos Municípios - FPM. Este Fundo, considerado uma das principais transferências constitucionais, é composto de 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)” (MASSARDI, ABRANTES, 2016 p.1398).

6 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

Estudar as populações não tem sido uma tarefa desempenhada apenas pela demografia. Certamente, em razão da complexidade da sociedade contemporânea, dos estudos demográficos e para além deles, tem se desdobrado várias investigações de outras áreas afins, que buscam esmiuçar aspectos das populações sobre prismas variados.

Nesta pesquisa partiu-se do interesse de investigar acerca da efetivação de direitos a imigrantes que se deslocam de sua região de origem em decorrência da alta oferta de mão de obra em lavouras de morango. Fatores deterministas de natureza econômica, como a busca/oferta de trabalho e renda são reconhecidos como propulsores dos movimentos migratórios internos¹⁶ de brasileiros entre as regiões do país.

Conferiu-se, entretanto, necessária imersão em inferências nas trilhas do processo migratório, em entrelinhas que insurgem como norteadoras para o estudo das consequências que possam vir a incidir sobre estas populações, ao passo que, uma problematização bioética de conflitos deflagradas nas marcas da convergência de imigrantes com a população nativa e regional, tornaram-se pertinentes para o presente estudo, na direção dos objetivos desta pesquisa.

Os referenciais teóricos, os quais se costurou a matriz analítica, se comprazam na base epistemológica da bioética de intervenção em sua aproximação com recortes do pensamento decolonial latino americano.

Objetivou-se a problematização bioética de conflitos no que tange a violação de direitos no contexto da imigração e fixação de brasileiros da região Norte e Nordeste que tem se deslocado para Espírito Santo do Dourado em decorrência da oferta de mão de obra nas lavouras de morango. Delineou-se que, para tanto, fosse necessário entender a trajetória construída por estes imigrantes em Espírito Santo do Dourado – MG, em seu fluxo migratório e de fixação, na busca por elucidar a garantia de direitos fundamentais a essa população e conseqüentemente problematizar as questões bioéticas decorrentes.

¹⁶ “A relação entre a migração e as questões econômicas é grande e extensivamente explorada pelos estudiosos do tema. Seja nas teorias neoclássicas, em que a migração é analisada como resultado de escolhas individuais (LEWIS, 1969) ou nas histórico-estruturais, em que os condicionantes estruturais e conjunturais predominam na explicação dos movimentos (GAUDEMAR, 1972), a relação aparece como fator de primeira ordem para a interpretação dos volumes e padrões dos fluxos observados. Como fenômeno social, os condicionantes congregam múltiplas facetas inviabilizando a elaboração de uma teoria conclusiva (ZELINSKY, 1980). Essa complexidade emana da natureza multidisciplinar do fenômeno migratório (CASTIGLIONI, 2009) e envereda por questões conceituais, metodológicas e de disponibilidade de dados para comprovação empírica (CUNHA, 2011)” (DOTA; QUEIROZ, 2019, p.417).

Não obstante, travessada pela pandemia da COVID-19¹⁷, esta pesquisa se desenhou, em atenção a todas as recomendações e posturas éticas imprescindíveis para o cenário pandêmico e excepcional. Como a publicação da Portaria N° 454, de 20 de março de 2020 do Ministério da Saúde que declarou, em todo o território nacional o estado de transmissão comunitária do coronavírus (Sars-CoV-2), a realização da pesquisa de campo nos moldes que prevíamos ficou inviabilizada. Acompanhando o achatamento da curva epidêmica, logo concluiu-se que este estudo teria de se adequar as condições possíveis para sua realização durante a pandemia. Partiu-se da realidade posta em busca de possibilidades metodológicas para se alcançar os objetivos desta pesquisa.

Decidiu-se por definir como participantes da pesquisa servidores públicos municipais que atuam nas principais políticas públicas sociais que atendessem diretamente a população imigrante e imigrantes provenientes dos estados das regiões Norte e Nordeste envolvidos neste fenômeno migratório que estivessem em Espírito Santo do Dourado durante a realização da pesquisa.

A pesquisa caracterizou-se pelo viés social, qualitativa e exploratório, em que se realizou entrevista e também disponibilizou-se questionário, com as mesmas perguntas norteadores em ambos, para que os participantes tivessem a opção de acordo com sua disponibilidade de participar da entrevista ou responder o questionário.

Com contatos estabelecidos em Espírito Santo do Dourado a pesquisa seguiu com os dois grupos de participantes em amostragem por bola de neve. Este método:

[...] se constrói da seguinte maneira: para o pontapé inicial, lança-se mão de documentos e/ou informantes-chaves, nomeados como sementes, a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, dentro da população geral. Isso acontece porque uma amostra probabilística inicial é impossível ou impraticável, e assim as sementes ajudam o pesquisador a iniciar seus contatos e a tatear o grupo a ser pesquisado. Em seguida, solicita-se que as pessoas indicadas pelas sementes indiquem novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede pessoal, e assim sucessivamente e, dessa forma, o quadro de amostragem pode crescer a cada entrevista, caso seja do interesse do pesquisador (VINUTO, 2014, p.203).

As entrevistas tiveram início com profissionais que atuam nas principais políticas públicas sociais do município e lideranças dos imigrantes. Estas foram as “sementes”. O contato com estas pessoas possibilitou a construção da uma rede de

¹⁷ O ano de 2019 terminou com uma ameaça ao restante do mundo: um vírus com alta capacidade de contaminação e efeitos letais, o “novo coronavírus”, disseminava-se entre a população da cidade de Wuhan e sua região, na China, e colocava o país em alerta. Logo se constatou que o vírus atingira outros países asiáticos. Na entrada de 2020, com a epidemia confirmada na Ásia e se repetindo em países da Europa, a previsão de que se tornasse uma pandemia tornou-se iminente, pois os vetores eram as pessoas em circulação pelo mundo (IPEA, 2020, p.7).

participantes múltipla e diversificada, apoiando-se nas descrições que foram elencadas para cada grupo, descritas a seguir:

Quadro 3 - Perfil dos participantes da pesquisa.

Grupo de Participantes da Pesquisa	Características Desejadas/ Critério de Elegibilidade	Critério de Inclusão	Critério de Exclusão
Grupo 1	Servidores públicos municipais que atuam nas principais políticas públicas sociais e atendem diretamente a população migrante.	Participantes da pesquisa devem ter 18 anos completos ou mais e estarem de acordo e com Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e tê-lo assinado e preencherem os requisitos de elegibilidade.	Participantes que não atenderem os critérios de elegibilidade e de inclusão.
Grupo 2	Imigrantes provenientes de estados do Norte/Nordeste brasileiro presentes em Espírito Santo do Dourado – MG, no período elencado para as entrevistas.		

Fonte: Do autor.

A pesquisa foi realizada entre os dias 20/04 e 17/05 de 2020 por vídeo chamadas no aplicativo WhatsApp, devidamente gravadas por meio de aplicativo auxiliar de gravação de tela AZ Screen Recorder ou pelo envio de e-mail com o questionário em que obteve-se repostas por escrito. As mesmas perguntas foram feitas nas duas modalidades, ficando a cargo do participante definir a forma de participação. Em ambas as situações o participante foi informado sobre os objetivos da pesquisa, recebeu o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e apenas após a assinatura do TCLE procedeu-se com a entrevista ou envio do questionário.

É importante ressaltar, que alguns cuidados foram tomados, ao passo que se tomou a amostragem em bola de neve, caracterizada por utilizar “cadeias de referências. Ou seja, a partir deste tipo específico de amostragem não é possível determinar a probabilidade de seleção de cada participante na pesquisa, mas torna-se útil para estudar determinados grupos difíceis de serem acessados” (VINUTO, 2014, p.203). Dos contatos que se constituíram “sementes” concentrou-se na direção das ramificações nas redes fornecidas, buscando diversificar ao máximo, os participantes da pesquisa. Assim, houve “a possibilidade de obter sementes oriundas de redes diversas, aumentando a

possibilidade de acessar redes diferentes e, conseqüentemente, narrativas mais plurais” (VINUTO, 2014, 207). Refere-se ao que se constatou na própria dinâmica do processo e que, em atenção as recomendações para este tipo de coleta em pesquisas qualitativas, possibilitou-se trabalhar com a amostragem em bola de neve, problematizando seu uso no estudo. Este cuidado foi essencial, para a obtenção de um consenso e definição da saturação da amostragem, nos dois grupos de participantes. No Grupo 1, obteve-se um grande número de recusas em participar da pesquisa e, por conseguinte, findou-se esta amostragem por esgotamento de indicações:

Quadro 4 - Grupo 1: Servidores públicos municipais que atuam em políticas públicas sociais e atendem diretamente a população migrante - informações gerais.

Participante	Técnica	Tempo aproximado que trabalho com população migrante. (em anos)
A	Entrevista	4
B	Entrevista	7
C	Entrevista	6
D	Entrevista	2
E	Questionário	4
F	Questionário	10
G	Entrevista	2
H	Questionário	1
I	Questionário	17
J	Entrevista	5

Fonte: Do autor.

No Grupo 2, as recusas foram raras, mas percebeu-se o esgotamento nas informações que se repetiam e não traziam mais nenhum elemento novo: “Eventualmente o quadro de amostragem torna-se saturado, ou seja, não há novos nomes oferecidos ou os nomes encontrados não trazem informações novas ao quadro de análise (VINUTO, 2014, p. 203). Atento ao quadro de análise pode-se definir a saturação:

Em suma, a amostragem em bola de neve mostra-se como um processo de permanente coleta de informações, que procura tirar proveito das redes sociais dos entrevistados identificados para fornecer ao pesquisador com um conjunto cada vez maior de contatos potenciais, sendo que o processo pode ser finalizado a partir do critério de ponto de saturação (VINUTO, 2014, 205-206).

Quadro 5 - Grupo 2: Migrantes provenientes de estados do Norte/Nordeste que estejam residindo em Espírito Santo do Dourado - MG - informações gerais.

Participante	Técnica	Tempo Aproximado que vive em Espírito Santo do Dourado - MG (em anos)	Cidade e Estado natal.
1	Entrevista	10	Buritiana - MA
2	Entrevista	10	João Lisboa - MA
3	Entrevista	3	Marabá - PA
4	Entrevista	3	Augustinópolis - TO
5	Entrevista	17	Intagatins - TO
6	Entrevista	4	Buritirana - MA
7	Entrevista	7	Maurilândia - TO
8	Entrevista	15	Sítio Novo - TO
9	Entrevista	2	Sítio Novo - TO
10	Entrevista	1	Governador Luiz Rocha - MA
11	Entrevista	2	Ribamar Fiquene - MA
12	Entrevista	2	Itagatins - TO
13	Entrevista	13	Itagatins - TO
14	Entrevista	7	Tocantinópolis - TO
15	Entrevista	3	Buritirana - MA
16	Entrevista	5	Buritirana - MA
17	Entrevista	2	Cidade Mirador - MA
18	Entrevista	8	Imperatriz - MA
19	Entrevista	8	Buritirana - MA
20	Entrevista	2	Amarante - MA
21	Entrevista	8	Buritiana - MA
22	Entrevista	3	Itagatins - TO
23	Entrevista	3	Itagatins - TO
24	Entrevista	8	Gonçalves Dias - MA
25	Entrevista	2	Sítio Novo - TO
26	Entrevista	11	Itagatins - TO
27	Entrevista	14	Itagatins - TO

Fonte: Do autor.

Com o ponto de saturação da amostragem evidenciado, pode-se delinear o quadro temático para organização das informações obtidas com as entrevistas. Este, ocorreu por meio da sistematização em categorias de análise a partir da centralidade dos temas de cada pergunta norteadora utilizada nas entrevistas e questionários.

A elaboração das perguntas norteadoras, bem como, a análise e as discussões das informações obtidas, se ancoraram em consonância aos conceitos estudados. Utilizou-se do método descritivo (GIL, 2008) em que se fez a transcrição sequencial e literal das falas dos participantes de cada grupo. Com as transcrições, podem-se construir os quadros temáticos, em observâncias aos temas centrais abordados, em que se definiu 6 categorias de análise: a)-motivação para a migração; b)- deslocamento e acolhida; c)- relações de trabalho; d)- atendimento das principais políticas públicas municipais as demandas dos imigrantes; e)-maiores desafios/dificuldades em relação a imigração e f)- impactos da pandemia Covid-19 na população imigrante.

7 RESULTADOS E ANÁLISE

Ao se debruçar sobre a análise dos resultados, pretendeu-se aproximar-se dos objetivos supracitados desta pesquisa buscando a compreensão do processo migratório que tem ocorrido no município de Espírito Santo do Dourado, em decorrência da implantação e expansão do cultivo do morango, no que concerne em impactos incidentes sobre a população imigrante em decorrência a violação de direitos.

As perspectivas do Grupo 1 e do Grupo 2 foram analisadas separadamente, visto que, entende-se que a visão de quem fala sobre um processo do qual acompanha, mesmo que de perto, mas não o vivencia (Grupo 1) é sobremodo dispare do horizonte de quem o vive (Grupo 2). Entretanto buscou-se assentar-se numa complementaridade na análise das duas perspectivas, não sendo objetivo desta pesquisa as contrapor. Elas propiciaram uma aproximação com a descrição da realidade estudada.

Os participantes do Grupo 1 são identificados com letras do alfabeto e os do Grupo 2 por números, ambos ordenados na sequência em que participaram da pesquisa.

Sobre a motivação que leva a migração

“Todos sabemos das grandes dificuldades dos nordestinos né, ligados a questão do trabalho, a questão da seca, então boa parte da população não tem escolha. Ou elas saem, ou elas passam fome. Isso foi relato deles próprio sabe” participante F

A migração de nordestinos sempre foi um fenômeno recorrente na história da sociedade brasileira¹⁸. Confere afirmar que as condições que a região Nordeste enfrenta com períodos de secas intermitentes e precariedades que causam consideráveis condições adversas a sobrevivência humana, tem levado grandes massas populacionais a se dispersarem dos estados do Nordeste em diferentes épocas e para distintas regiões. Todavia, as migrações internas são uma constante na mobilidade populacional brasileira e demarcam a luta pela sobrevivência, num panorama de diferenças regionais que “atuam

¹⁸ A grande migração de trabalhadores das regiões rurais para as cidades foi um dos fatos marcantes da história social brasileira na segunda metade do século XX. A região Metropolitana de São Paulo (como principal receptadora) e o Nordeste (como região de origem de grande parte dos migrantes) possuem papel central nesse processo. A figura do trabalhador nordestino escapando da fome, miséria e, periodicamente, das secas chegando à metrópole industrial em busca de emprego e melhores condições de vida tornou-se um símbolo da migração no imaginário social brasileiro (FONTES, p.43).

diretamente sobre as razões que fazem um indivíduo trocar de local de moradia ou permanecer em seu local de origem” (GOLGHER, 2004, p.33). Esta é uma constante nos estudos sobre a imigração.

As razões capturadas nos relatos dos participantes da pesquisa são motivações que insurgem na esfera da busca por melhores condições de vida. É recorrente nas falas dos imigrantes pesquisados, que em sua região de origem as condições para obtenção de trabalho e renda são precárias e este fator é determinante na decisão de se migrar. Como indica Golgher “Dois grupos de fatores atuam em conjunto na formação dos fluxos de migrantes: a baixa qualidade de vida no local de origem e um melhor nível de vida no local de destino. Os determinantes da migração são usualmente descritos a partir desses dois grupos” (GOLGHER, 2004, p.33-34). Esta predominância do fator econômico ficou evidenciada nos relatos dos pesquisados.

Indicou-se uma condição de atratividade devido à alta empregabilidade na região de Espírito Santo do Dourado, marcada por ampla oferta de mão de obra na cultura do morango que se despontou na micro região de Pouso Alegre a reboque do desenvolvimento propiciado pela “implantação e duplicação da rodovia Fernão Dias, e a desconcentração industrial a partir da região metropolitana de São Paulo” (ANDRADE; BRANDÃO, 2013 p.1) trazendo investimentos para a região e “concomitante a este processo, que se produziu especialmente às margens da Fernão Dias, como Pouso Alegre, Cambuí e Extrema, nas áreas rurais de municípios da região teve início a expansão do cultivo do morango”(ANDRADE; BRANDÃO, 2013 p.1) expansão esta, que pôde ser compreendida nos relatos:

“Como é que eu vou te falar aqui. Começou há muito tempo sabe, o princípio não foi aqui em Espírito Santo do Dourado, antigamente o pessoal de lá, entendeu, os meus amigos vinham e ficavam no bairro Cruz Alta, Pouso Alegre que lá era forte no morango e com o tempo foi aparecendo outras oportunidades em cidades mais altas por causa do clima. A primeira vez eu vim para Senador Amaral através de outros amigos meus que já venham para cá, entendeu. Aí eu vim para Espírito Santo do Dourado, voltei pra lá, passei um tempo, mas aí meu patrão de Senador Amaral voltou para cá, por causa do clima da altitude, condição para o morango é melhor. E o motivo de eu ter migrado para cá é porque lá onde a gente mora as condições de trabalho é muito escassa”
participante 1

As características geográficas, especificamente altitude e clima, do município de Espírito Santo do Dourado, apresentam condições satisfatórias a cultura do morango, o que gerou um progressivo aumento da área cultivada e conseqüentemente, a demanda por mão de obra. A disponibilidade de terras para arrendamento no município se constata com o declínio do ciclo de outra cultura, o da batata que predominava nas áreas rurais do município, indicando como se deu esta dinâmica de explosão das lavouras de morango e da migração no município.

“O que eu já tive de conhecimento nessas andanças, nessas conversas informais é o seguinte: Ele vem aqui devido ao trabalho, que aqui para eles o sul de Minas, Espírito Santo do Dourado, eles vêm para cá, com esta finalidade, eles são unânimes em afirmar que é para trabalho. A gente tem visto a partir de quando o morango tomou conta dos campos aqui, porque antes o forte daqui era a batata e eu tenho conhecimento que os primeiros vieram em 1994, 1995 com as primeiras lavouras de morango, eles vieram, mas eram poucos. O pico se deu a partir dos anos 2000 há uns 15 anos atrás por ai 2005, 2004 começou a entrada de mais pessoas”. **participante B**

A busca por emprego e renda fica evidente como motriz deste processo migratório. Todavia, nos relatos dos participantes pesquisados, em especial dos migrantes, pôde-se observar que muitos migram nutridos por sonhos que perfazem na busca de proporcionar um futuro melhor para si e os seus. Buscam qualidade de vida.

“E a gente tinha vontade de comprar alguma coisa. Eu até hoje tenho vontade de comprar um carro, alguma coisa, e lá com as condições de trabalho a gente nunca que ia conseguir isso. Ah! Quando eu vim a primeira vez o sonho meu era comprar uma motinha pra mim, depois o outro era construir a casa da minha mãe. E aí dentro de 1 ano e 7 meses trabalhando eu consegui. Eu ajudei meu padrasto a construir a casa da minha mãe, ainda não rebocada, mas é de tijolo, tem piso” **participante 1**

“No caso da minha família e acredito que todas as pessoas que vem de lá da nossa região pra cá, pelo menos as que eu conheço, encontraram aqui no sul de Minas não apenas uma fonte de renda e serviços bem remunerados, apesar de ser o principal motivo, como também acesso a uma boa saúde e educação, já que a realidade de nossa região e totalmente diferente da que vivemos aqui” **participante 26**

Golgher, enfatiza que “na maioria dos casos, quando o indivíduo troca de local de residência, ambos os fatores estão atuando em conjunto e de forma inter-relacionada” (2004, p.34). Os fatores de ordem econômica predominam na decisão das

pessoas em migrar. Todavia, ressalta-se que outros fatores relacionados a qualidade de vida caminham entrelaçados:

Novas relações sociais são materializadas e realizações pessoais impossíveis de serem alcançadas no antigo local de moradia são satisfeitas. Em muitos casos, os migrantes conseguem obter rendas superiores do que teriam em seu local de origem e novas oportunidades educacionais e profissionais são vivenciadas. São muitas as possibilidades de se obter uma vida melhor em um novo local de moradia (GOLGHER, 2004, p.40).

Desta forma, a possibilidade de emprego e renda também se encontra com a oportunidade de uma vida melhor, em aspectos mais abrangentes, se busca na região para qual se migra, uma perspectiva de projeto de vida.

Para a bioética de intervenção, a corporeidade é conceito chave no pensar o ser humano a partir de sua concretude na vida em sociedade que se opera no corpo na “dimensão física e psíquica que se manifestam de maneira integrada nas inter-relações e nas relações com o ambiente” (PORTO; GARRAFA, 2005, p.116). Assim, as condições adversas e a sobrevivência são sentidas na pele dos indivíduos, gerando adoecimento, frustrações e sofrimento. A atitude de migrar pode ser entendida como busca por alívio da dor, da fome, de oportunidade, de aventura, de busca do que uma outra realidade pode proporcionar. Entretanto, na condição de imigrante, seus corpos são corpos estranhos que se insurgem nesta outra realidade, e não escapam da travessia que se constitui esta inserção.

Sobre o deslocamento e acomodação

“A maioria dos imigrantes chegam ao município em ônibus fretados clandestinamente, por meio de conhecidos chegam sem recursos financeiros, sem documentação, e se acomodam nas vilas formadas ao redor de grandes plantações de morango. Algumas famílias alugam casas disponíveis e abrigam outros parentes que chegam mais tarde após a instalação e acomodação. Em paralelo com alguns que retornam ao norte/nordeste brasileiro, outros começam uma nova vida no município, compram um lote, constroem suas casas e seguem trabalhando e criando seus filhos nas montanhas mineiras de Espírito Santo do Dourado. ...”. participante E

“Olha, eu fiquei sabendo de Espírito Santo Dourado, porque uma prima minha já morava aqui. Aí eu morava no Tocantins. Aí tava passando uma barra danada lá no Tocantins. Aí ela me chamou “Pois vem pra cá Maria”. Tá, então eu vou pra aí

que aqui é aí é melhor. Aí foi assim que fiquei sabendo do Espírito Santo do Dourado e a minha adaptação aqui foi boa. Foi boa tirando o friozinho, me adaptei bem aqui. E como eu vim de lá eu vim de lá de turismo três dias viaja. Foi três de viagem de turismo de lá pra cá.” participante 9

Pelos relatos entendeu-se que os imigrantes pesquisados viajam de ônibus fretados, ao que se demonstrou com uma expectativa de um trabalho já intermediado, pois ficam sabendo da oportunidade por meio de conhecidos (familiares ou amigos), que os incentivam a migrar. Se alocariam na casa desses conhecidos, em casas alugadas no perímetro urbano, ou em vilas improvisadas ao redor das lavouras, onde são construídos barracos de lona com cobertura de telha de amianto, até se estabilizarem.

Percebeu-se nos relatos dos migrantes pesquisados a menção sobre a experiência de êxito do outro que migrou como uma referência que os leva a migrar. Nas falas pôde-se entender que o processo de adaptação é muitas vezes ruidoso e nem todos conseguem permanecer, o que parece ser característico das migrações.

[...] os ganhos com a migração são positivos em muitos casos. Porém, o processo de adaptação é muitas vezes difícil e envolve um grande custo pessoal. As relações pessoais antigas foram parcialmente rompidas e as novas ainda não foram sedimentadas. O migrante recém chegado pode ficar um longo período desempregado, vivendo em condições adversas ou mal ajustado em seu novo local de moradia (GOLGHER, 2004, p.40).

As referências a imigrantes que não se adaptam à nova realidade se apresentaram como decorrência de vários fatores, dentre eles, foram mencionados, a diferença climática e adaptação a região. Mas, pôde-se perceber que cada migrante, cada família, tem sua história e suas prioridades. Nem todos procuram se fixar na região, permanecendo constantemente em fluxo.

A existência de uma linha periódica de ônibus, que faz o transporte de migrantes entre a região de Espírito Santo do Dourado e os Estados do Tocantins e Maranhão, leva a questionar as condições do meio de transporte ao qual este deslocamento acontece. As marcas históricas da migração nordestina são uma referência:

Entretanto foram os caminhões conhecidos como paus de arara que se transformaram nos símbolos do transporte dos trabalhadores nordestinos para o sul do país chegando o termo a servir de alcunha para os próprios imigrantes. Muitos dos caminhões que faziam o comércio de mercadorias de São Paulo e Rio para os estados do norte voltavam carregando pessoas em condições bastante precárias (FONTES, 2008, p.50).

Paus de arara outrora, nos relatos dos migrantes participantes desta pesquisa, pôde-se presumir que eles se sentem confortáveis com o transporte, chamada por eles como “linhas ou ônibus de turismo” que possibilita que façam visitas a sua terra natal em um percurso sem escalas. Entretanto, o caráter da linha explorada economicamente, operada por ônibus fretados, com periodicidade, mas não pertencente a uma concessão pública, caracterizaria sua clandestinidade, como apontada nas entrevistas por participantes servidores públicos.

“O deslocamento se dá por meio de ônibus fretado, intermediado por uma mulher do Maranhão e outra de Alfenas. Eles ficam sabendo por meio de pessoas que vieram e já retornaram. O nome das mediadoras não sei falar, pois eles não mencionam”
participante A

“Funciona tipo como uma excursão, sempre tem alguém que agendam a empresa, não sei se clandestina ou não, que já tem os motoristas e ônibus meio que fixo, quase como se fosse uma linha com épocas determinadas, e eles vem geralmente combinado com parentes e amigos que arranjam trabalhos, com seus patrões ou para trabalhar com eles, até se restabeleceram e caminharem com as próprias pernas ...”
participante G

O caráter deste transporte enviesa questões pertinentes que parecem estar ligadas a uma teia de relações e interesses que movimentam este fluxo de pessoas, servido tanto como um facilitador para que os imigrantes possam visitar sua terra natal, como para a manutenção do fluxo de pessoas, abastecendo o mercado de trabalho na região de Espírito Santo do Dourado.

“Ninguém vai buscar, tem os ônibus que faz a linha daqui, porque antigamente a gente vinha de ônibus até Campinas e de lá vinha para cá. E hoje, facilitou para a gente. Tem ônibus que sai daqui direto e vai deixar na nossa cidade, vai e volta, para a gente fica mais fácil.”
participante I

“No começo, começou assim, sempre foi uma primeira turma, gostou, aí: “Arruma fulano que aqui tem morango, vou plantar, vem como meu camarada” e hoje, a demanda aumentou e eu posso te afirmar! Que eu trabalho em ônibus de turismo que leva. Trabalho na lavoura e ao mesmo tempo trabalho no turismo”.
participante 6

Na abordagem da bioética de intervenção, apropriando-se dos chamados “quatro “pês”: prevenção (de possíveis danos e iatrogenias), precaução (frente ao desconhecido), prudência (com relação aos avanços e “novidades”) e proteção (dos excluídos sociais, dos mais frágeis e desassistidos)” (GARRAFA, 2005, p. 130),

conceitos que articulados são norteadores teórico-políticos de ação ética comprometida com os mais vulneráveis, tratar de possíveis consequências do processo migratório a partir de uma avaliação e/ou apropriação por estes conceitos juntamente com a compreensão da corporalidade perpassa que, desde a tomada de decisão de emigrar, várias circunstâncias podem inferir sobre o indivíduo sendo relevante a avaliação destes riscos.

É relevante destacar que, para os imigrantes pesquisados, a relação que estabelecem com esta linha de ônibus fretados pareceu alinhada as facilidades que ela representa em relação a necessidade de visitar seus parentes e a terra natal, ligada a uma comodidade (menos tempo e sem escalas) não demonstrando preocupação com as implicações que um transporte público irregular pode acarretar.

Sobre as relações de trabalho

“A questão é porque aqui no Estado do Maranhão, Estado Tocantins o serviço, é muito pouco. Depois que as máquinas entraram a gente ficou sem serviço.”

participante 6

As transformações no mundo do trabalho ocorridas a partir das últimas décadas do século XX, com a reorganização dos processos produtivos, têm causado “a expulsão do homem do campo por causa da mecanização crescente no meio rural” (GOLGHER, 2004, p.34). A mecanização agrícola e automatização industrial, convergem em consequências diretas na redução da oferta de trabalho não qualificado, produzindo incertezas e incidem em precarização nas relações trabalhistas.

“Daí no início, quando o pessoal chega aqui, eles começam a trabalhar de camarada. O camarada é como se fosse um diarista. No dia que ele conseguir, ele tem o serviço dele, no dia que não conseguir também não tem. E quando o patrão pega confiança no camarada, às vezes, ele chama pra dividir de meia, aí o que que acontece geralmente, como o gasto na maioria das vezes é todo do patrão, fica a meia de 40% pro meeiro pra 60% pro patrão ou às vezes, fica cinquenta por cinquenta depende do patrão também. As terras geralmente são do pessoal mineiro mesmo e quem aluga nessas terras são os patrões. Eles que faz o aluguel. É eles quem faz esse contrato com os donos das terras.” ***participante 9***

“Eu acredito que 99% da população de migrantes que vêm aqui para Espírito Santo do Dourado trabalha com morango, né. O patrão aluga a terra de um certo dono e passa o contrato para mim, o contrato de meeiro, por exemplo, eu vou plantar 10000 pés, 40% da lavoura né, 40% do que eu vou plantar é meu e os outros 60% do patrão. Eu acredito que tem muito pouco registro do contrato de meeiro. Mas na verdade, a maioria é contrato de boca, você chega para procurar um papel e não tem nada, o patrão não corre atrás, o meeiro é desleixado um pouco, não tem o cartão do produtor, mais é.”

participante 2

“Quase em sua totalidade trabalham em lavouras de morango, com contratos informais ou em sociedade com os donos das terras.” **participante H**

As falas dos entrevistados sugerem que a cultura do morango depende da mão de obra braçal, entretanto, quase que artesanal, para seu manuseio, do plantio a colheita. A mecanização não alcançou as peculiaridades do manejo desta cultura na cadeia de produção na região estudada. As relações de trabalho estabelecidas foram qualificadas como boas pelos imigrantes pesquisados, apesar de se indicar precarização do trabalho, sobretudo nos relatos de contratos informais, trabalho por diária e sem evidências de trabalhadores efetivamente registrados. A sociedade (meeiros) com o patrão (um arrendatário de terras) é a situação que prevalece quando versaram sobre a totalidade dos migrantes. Todavia, participantes dos dois grupos desta pesquisa relatam que os contratos de meeiros não seriam, em sua maioria, regularizados o que reforça o indício de precarização das relações de trabalho.

Os imigrantes pesquisados que se disseram meeiros, demonstraram sentir-se parte do processo produtivo nesta situação. Uma postura de simetria com as condições postas pôde ser observada. Integrar o processo de produção nas lavouras, enquanto meeiro, representa uma sociedade, que mesmo que registrada em cartório, seria a relação estabelecida entre um trabalhador rural com um arrendatário de terras, segundo as informações obtidas com os participantes desta pesquisa. Isso leva a questionar que, mesmo este trabalhador estando regular, ele não toca a lavoura sozinho. Percebeu-se que a família, parentes e outros imigrantes estão também trabalham nestas lavouras. Estes podem ser os que trabalham por dia, os diaristas e também podem representar o trabalho de familiares em informalidade. Esta é a configuração do trabalho na cadeia de produção do morango que se apresentou.

Quando se observa estas relações de trabalho e no que elas representam para estes imigrantes, enquanto a direitos que deles estariam sendo subtraídos, endossa-se a prospecção da ausência de uma organização destes trabalhadores como um sindicato, por exemplo. Em consonância a esta consideração, para o prisma da bioética de intervenção o conceito de empoderamento está ligado a um engajamento orgânico¹⁹ de grupos de vulneráveis em prol do bem comum e em busca da justiça social. Implica em compreender os indivíduos atuando ativamente como atores na cena social, conscientes das “forças que os oprimem e pela ação concreta em oposição a ela” (GARRAFA, 2005, p.129). Assim, sujeitos políticos, empoderados e atuantes estão libertos para lutar por transformações. Diante das circunstâncias apresentadas, sentiu a falta de compreensão de relações de exploração e conseqüente ausência de uma consciência de classe trabalhadora entre os imigrantes pesquisados.

Sobre o atendimento das demandas dos imigrantes pelas principais políticas públicas sociais municipais

As respostas dos imigrantes acerca do atendimento das suas demandas pelas políticas de saúde, educação e assistência social e dos servidores acerca da relação dos imigrantes com esta rede, se entrelaçam em questões pertinentes do ponto de vista das relações em que as populações estabelecem.

“Na minha opinião, a questão da saúde e educação é excelente. O prefeito daqui é ótimo, cuidar bem das estradas rurais. Eu na minha época da gestação, todas nós que somos gestantes, eles auxiliam bastante, consultas, tudo. Tanto a educação, a saúde, eles olham muito para nosso lado. No início a gente sentiu um pouco de preconceito, preconceito que é normal, mas hoje tá praticamente igual, graças a Deus.”

participante 3

“É bem interessante, né, esta pergunta sua, sabe, eu particularmente tô vai fazer 10 anos que eu estou aqui na região de Espírito Santo do Dourado, em questão de política pública do município, até por que desde de o primeiro ano eu fiz questão de transferir meu título, né, porque tipo assim se eu vou estar na cidade eu vou estar usufruindo da cidade, preciso do médico, eu vou ta indo na cidade, eu acho muito interessante isso. No começo, em 2011, foi bem difícil a população de Espírito Santo do

¹⁹ Refere-se a ideia de “intelectuais orgânicos” de Gramsci.

*Dourado não queria aceitar imigrantes, pois, ah, faz muita bagunça, não sei o que, é isso e aquilo, mais no decorrer do tempo a gente sempre teve o apoio do Prefeito da cidade eu particularmente não tenho o que reclamar, a turma de uma certa forma vem aceitando. Até hoje tem gente que não gosta? Tem, né tem bastante! Mas de certa forma né, a maioria já se identifica bem com os imigrantes. E é sempre como eu converso com a turma do Maranhão, Tocantins: O imposto teu você tem de pagar na cidade por que você precisou da rede pública, você vai socorrer na cidade, se eu preciso da cidade eu tenho de contribuir com ela para suprir as necessidades quando eu precisar.” **participante 2***

*“Olha, Fábio é bem satisfatório, sim. A educação daqui de Espírito Santo do Dourado é muito boa. Aqui é uma cidade acolhedora. O Prefeito é prestativo, a educação, a saúde, essa assistência social, só que roda, roda e volta, né, a gente ouve algumas críticas, né, porque a cotação de verbas a cada município é contada pelo senso, né. E o senso é contado pelas pessoas que votam no lugar e a maioria não vota aqui, votam em outros lugares no Norte, aí, a gente sofre um pouco desse preconceito, sim, só que assim são aquelas pessoas que fica nos bastidores, mesmo porque em questão das pessoas que são protagonistas, mesmo que é o Prefeito, assistente social aqui é sensacional. Cem por cento.” **participante 22***

*“Estas famílias, já vem com transferência do CadÚnico, então são famílias vulneráveis. Atendemos eles com os benefícios eventuais, como roupas, cobertores por causa do frio, que não faz parte da cultura deles [...]. Até para nós que trabalhamos, que temos um certo conhecimento e não admitimos rótulo, rotulagem, já me peguei falando sobre fulano de tal “ Mas quem é que tá precisando? É Tocantins? É maranhense? A primeira classificação que a gente faz “Mas quem tá precisando, já é do município, é de fora” eu mesmo me faço esta pergunta constantemente. Para tratar o assunto com muita normalidade eu acredito que estamos a passos lentos, para a gente realmente tirar o rótulo, compreender que todos têm direito de ir e vir. Aos que já estão aqui a mais de 15 anos, às vezes eu brinco com eles que já são douradenses, é da “praia” é de Espírito Santo do Dourado.” **participante B***

*“Ah, eu acho que a relação é boa, porque aqui em Espírito Santo do Dourado no ponto político o prefeito se dobra e se desdobra para dar-lhes atenção a esses migrantes.” **participante C***

*“Segundo os próprios migrantes, o acesso às políticas públicas no município são de fácil acesso, em relação a de onde moravam.” **participante H***

Obteve-se dos imigrantes pesquisados uma avaliação positiva do atendimento de suas demandas com elogios a rede do município. Ocorre que se constata um campo conflituoso no que se concerne na relação entre a rede, a população nativa e os imigrantes, o que fica proeminente em falas e relatos tanto dos servidores pesquisados, quanto dos imigrantes. Os conflitos se concentram na percepção de pertencimento dos imigrantes, na condição de sujeitos de direitos, o que geraria uma disputa por espaço pela garantia das políticas públicas no município. Evidenciou-se que existe um estranhamento por parte da população douradense em relação à presença e aos costumes dos imigrantes. Muitos douradenses também considerariam que os migrantes tomam um espaço que não pertence a eles, ao passo que se ressalta nas falas que as verbas destinadas ao município não contabilizam os imigrantes o que ocasionaria sobrecarga, principalmente na rede de saúde e educação. Desta sobrecarga erigia-se conflitos.

Há o reconhecimento dos participantes dos dois grupos, de esforços da administração municipal para atender a todos. Atentou-se também a um personalismo/populismo no atrelamento da satisfação das demandas na figura do prefeito municipal. A referência acerca da transferência do domicílio eleitoral como marcador de territorialidade para justificar contribuição ao município, apesar de não significar efetivamente a contribuição em destinação de verbas, pode-se, entretanto, visualizar que a participação na política local por parte dos imigrantes é algo esperado e que deve se estabelecer, sendo especulativo a este estudo, sugerir que as práticas políticas locais se distanciem do que é comum na cultura política da região e, não obstante, da cultura política nacional. Um participante imigrante relatou sentir uma inercia da população local e imigrante em relação a efetiva participação política:

“Como vejo, o pessoal de lá é bem atendido aqui, tanto por parte de saúde, quanto da questão social. Então assim, não tenho nada do que falar não. Eles tem voz, né, pra poder também opinar. Só acho, um pouco, que não só a população que vem de lá, mas quantas daqui também, há um desinteresse, tipo assim, na questão política. Pelo menos, eu acho importante ver umas sessões lá na Câmara Municipal pra saber o que se tá debatendo né, pra eles ficar por dentro do assunto pra saber o que que ocorre na cidade, então assim eu acho que é um papel muito importante, tipo de participação da população. Tanto do pessoal de lá, pra saber o que é que está na pauta que vale a pena ser aproveitado de coisas que acontece com o pessoal que vem do Norte, Nordeste. Até pro pessoal, daqui mesmo.” participante 7

A bioética de intervenção, nos conflitos no campo público e coletivo defende como moralmente justificável “a priorização de políticas de decisão que privilegiem o maior número de pessoas, pelo maior espaço de tempo e que resultem nas melhores consequências, mesmo que em prejuízo de certas situações individuais, com exceções pontuais a serem discutidas” (GARRAFA, 2005, p.130). No que tange ao atendimento do município as demandas das políticas públicas no âmbito municipal, confere destacar a condição inalienável de sujeitos de direitos dos imigrantes. Direitos fundamentais, que no arcabouço teórico da bioética de intervenção, os direitos humanos são um referencial que sustenta a abrangência de uma concepção de cidadania ampliada, para tal, a percepção que munícipes teriam de que o imigrante não pertence ao município, em tese, reporta as conjecturas que se sobrepõem a noção de direitos humanos na prática, envazada por classificações e hierarquização que subjuga o não nativo ou regional como inferior, num pretexto para que se ergam barreiras e restrições no acesso a direitos inerentes a eles por serem seres humanos.

Sobre o maior desafio enfrentado pelos migrantes em Espírito Santo do Dourado e pelo poder público municipal com a migração

Quanto ao maior desafio que o migrante enfrenta em Espírito Santo do Dourado, identifica-se nas falas dos migrantes pesquisados a dificuldade em conseguir uma habitação no município e relatos acerca de preconceito sofrido ou que sofrem.

“Hoje, eu posso dizer que o maior desafio mesmo é encontrar um lugar, um lugar bom pra morar, porque a cidade aqui como já tem bastante imigrante, a maioria das casas tão alugada. Tem essa escassez de encontrar casa pra alugar. Daí, então esse é um dos maiores desafios. E tem aquele que consegue morar em grupo, e tem aqueles que já vem com a família pra cá. Então fica mais complicado o pessoal que vem com a família pra encontrar uma residência e geralmente o que acontece é que acaba morando no campo mesmo, em barraco de lona. Bem dizendo aqui é isso.” participante 7

“Ah, pra mim eu acho a maior dificuldade é o fato de não ter casa suficiente, tipo pra mim mesmo, foi muito difícil pra arrumar uma.” participante 14

“Como em todos os lugares, em todos os lugares que eu fui, eu morei em São Paulo, em Teresina, eu acho que é um pouco do preconceito. Não vamos generalizar, por que não parte de todo mundo, mais 30%, 40% das pessoas, pelo fato de a gente estar vindo de lá do norte, eles acham que a gente tá passando muita necessidade, ou ta

passando fome ou está foragido. Eu acho que a maior dificuldade é o preconceito por parte da população que já habita aqui.” participante 4

“Aceitação. Como já falei, nós imigrantes sofremos bastante preconceitos da população natural. Muitas pessoas pensam que estamos invadindo a cidade deles, que mudamos as rotinas. Nós vestimos e falamos diferente, isso incomoda bastante. Recebemos olhares estranhos e muita rejeição.” participante 26

Relatam que a alta procura por casas desencadeia aluguéis com valores fora de suas realidades econômicas. Isso, quando encontram um imóvel disponível para aluguel. Citam que os barracos ao redor das lavouras seria, de certa maneira, uma consequência desta questão habitacional no perímetro urbano. Evidencia-se as fraturas desencadeadas pelo choque cultural. Falam no preconceito que sofrem no dia a dia, nas diferenças, nos costumes e das dificuldades em lidar com o frio da região.

Questionados sobre o maior desafio enfrentado com a migração, os servidores pesquisados relatam as dificuldades orçamentárias do município e o desafio de lidar com um fluxo de pessoas considerável, o qual não se tem um controle, sem previsibilidade em relação a entrada e saída de pessoas, o que sobrecarrega a rede de serviços públicos.

“O maior desafio que o poder público enfrenta hoje é tentar dar a eles uma infraestrutura digna. A arrecadação do município não é compatível com o número de habitantes. Nós somos mais ou menos, eu acredito que hoje eles já são uns 3 a 4 mil habitantes a mais que nossa cidade. Então os espaços públicos já não comportam mais a demanda e a cada dia que passa chegam mais e mais...” participante F

É sem dúvida é conseguir atendê-los com eficiência e dignidade a todos sem distinção, pois é isso que todos nós merecemos e o maior desafio é quebrar os paradigmas dos costumes, cultura, de negligenciar suas próprias crianças, por exemplo deixá-los por si em tudo, até em relacionamentos abusivos e fora de época.” participante G

Pôde-se perceber no relato de servidores as dificuldades em lidar com a diversidade cultural, com os costumes dos imigrantes, situação que é evidenciada no relato do participante G. As dificuldades orçamentárias certamente são uma realidade para o poder público municipal de Espírito Santo do Dourado. A disparidade entre população estimada e população real, residente no município, enviesado pelo processo migratório, produz esta prospecção. Entretanto, a avaliação positiva, mediante ao reconhecimento de esforços da gestão municipal, colhida nas entrevistas, indicam que se

tem buscado atender as demandas da população imigrante nas principais políticas públicas sociais.

Os conflitos da ordem dos costumes, certamente são esperados num cenário de encontro de culturas, e se apresentam como desafios, sendo evidenciado pelas entrevistas, que têm sido enfrentados na convivência em sociedade, não sendo ignorados, visto que a própria denúncia e menção sobre, tanto em relatos de servidores públicos, como dos imigrantes, demonstra que a resistência existe e a intolerância não está velada.

Sobre impactos da pandemia COVID – 19 na população imigrante

Em decorrência da pandemia COVID-19, o Decreto Municipal nº 15 de 17 de março de 2020 declarou emergência em saúde pública no município. Para além das medidas sanitárias, que visaram o isolamento social, ficou estabelecido em seu artigo 2º inciso IX a proibição do desembarque de pessoas em ônibus fretados dentro do município, provenientes de qualquer região do Brasil. (DECRETO DO MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO DOURADO Nº 15 DE 17 DE MARÇO DE 2020).

“Nesse momento, o município de Espírito Santo do Dourado tenta privar a entrada de migrantes devido a pandemia do covid-19. No entanto os familiares que já residem no município, facilitam a entrada dos que vem de fora.” participante C

“Por ter maiores impactos na população urbana, e os migrantes em sua maioria morarem na zona rural, os impactos estão mais ligados a questão econômica. Grande parte desse público está incluso no CadÚnico e estão recebendo o auxílio emergencial. Penso que o impacto sociofamiliar ainda não se apresentou.” participante H

“O maior impacto é a questão do baixo consumo de morangos. Consequentemente, os preços abaixam, a renda diminui e a pressão em cima da prefeitura aumenta. A administração, por enquanto, controla a situação. Os serviços básicos estão sendo ofertados.” participante I

Nas narrativas dos servidores é recorrente a menção das dificuldades em se lidar com as medidas sanitárias e de isolamento social com a comunidade de imigrante, atribuindo esta resistência aos costumes, algo que os próprios imigrantes pesquisados também reconheceram estarem apresentados dificuldades.

“Bem no contexto geral, o pessoal lá do lado do norte, nordeste, tanto Maranhão, quanto Tocantins, nós temos assim, tem mais uma resistência a usar aquilo

*que tá sendo recomendado pela vigilância sanitária, tanto quanto máscara, e as medidas básicas pra não pegar Covid-19. Pessoal, os mineiros douradenses, eles são mais conscientes. Usam, não tem tipo assim, são bem mais conscientes do que daquilo que tão enfrentando, mas o pessoal lá, tipo assim, tem essa resistência meio de ser durão, mas pra esse lado e pelo fato também do pessoal morar no campo.” **participante 7***

*“Sobre a pandemia, é pra nós imigrante, eu acredito que a parte ruim, porque a gente não pode ir na onde a família da gente no Maranhão é visitar, só ouvir mesmo pelo celular, mas é assim que ta sendo né.” **participante 17***

*“Sobre este coronavírus, está dificultando bastante as diárias para quem precisa trabalhar, o morango caiu bastante de preço. Esta semana que aumentou. O morango não tá tendo uma boa saída em termo de preço. Deus ajude que passe logo.” **participante 3***

Os imigrantes relatam que o isolamento social tem sido uma experiência complicada, pois culturalmente “não são de ficar em casa”. Os servidores visualizam que a maioria dos imigrantes não estariam compreendendo a seriedade do momento pandêmico. Com o decreto que proibiu a circulação dos ônibus fretados, que fazem o transporte dos migrantes, foi relatado que familiares que estavam em visita em sua terra natal não conseguiram voltar ao município de Espírito Santo do Dourado. Foi relatado pelos dois grupos que máscaras faciais confeccionadas em tecido e detergente líquido estariam sendo distribuídos para a comunidade.

As medidas de biossegurança que foram implementadas no município se apresentam coerentes com as aplicadas nos municípios circunvizinhos e as dificuldades de compreensão para o cumprimento de tais medidas não parecem ser diferentes das que notoriamente se apresentam nas demais localidades.

Desdobramentos: Um panorama do processo migratório em Espírito Santo do Dourado: a conexão entre a cadeia de produção de morango e a (não) efetivação de direitos aos imigrantes:

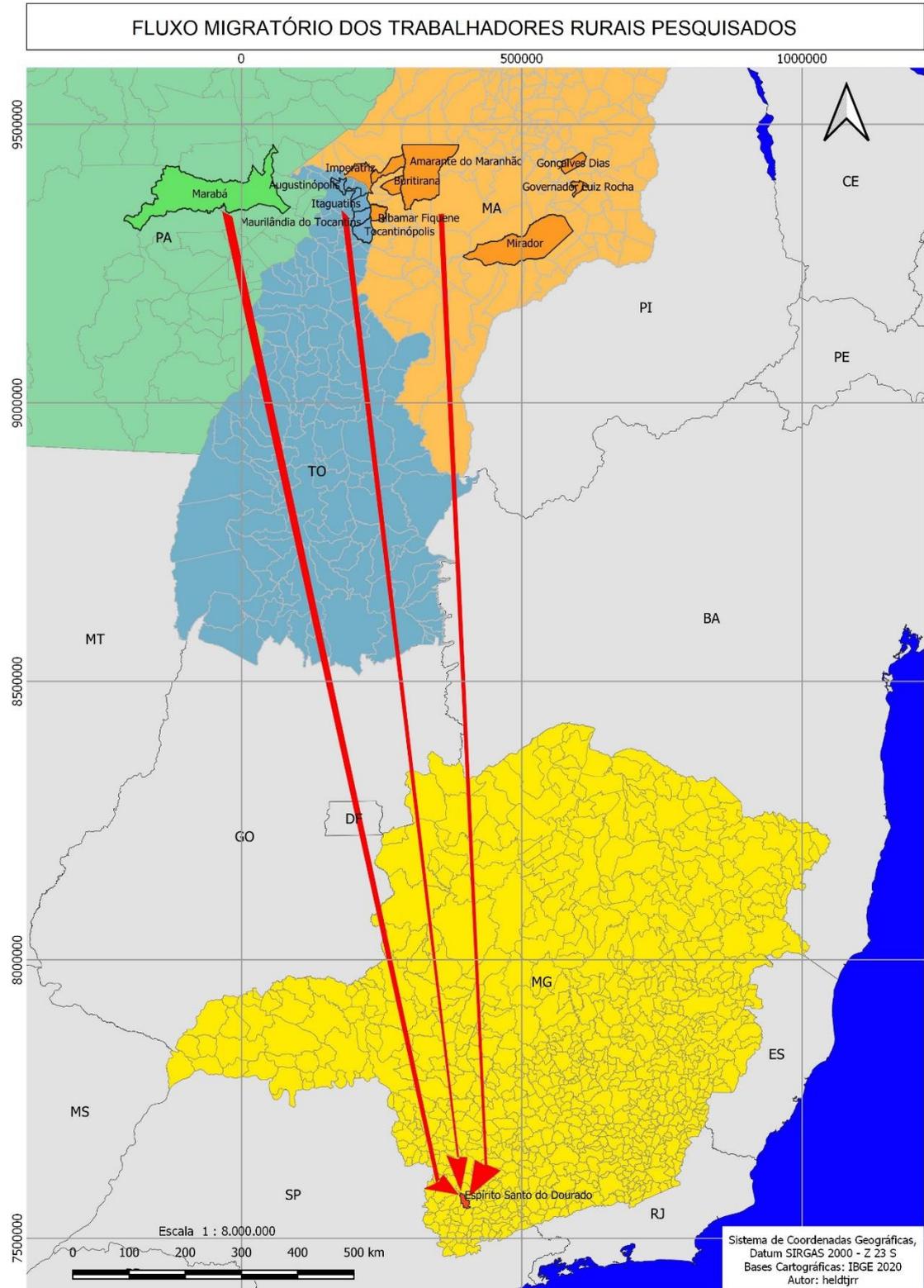


Figura 2 - Linha imaginária do fluxo migratório.

Fonte: IBGE 2020, elaborado por Heldt Jr.

Pôde-se traçar um panorama de como tem se dado este processo imigratório, reconstituindo-o, cruzando as informações dos participantes desta pesquisa, com estudos produzidos sobre o avanço da produção de morango na região (ANDRADE; BRANDÃO, 2013), sendo o cultivo comercial de morangos na microrregião de Pouso Alegre, o responsável pelo estabelecimento de condições para esta imigração.

Entendeu-se nos relatos dos participantes desta pesquisa, que durante a década de 1990 os primeiros imigrantes do Norte/Nordeste brasileiro teriam chegado para trabalhar na cultura do morango em cidades da microrregião de Pouso Alegre, que despontaram na produção comercial de morango. Posteriormente, no início dos anos 2000, houve um avanço desta cultura para municípios da região com maior altitude, mais adaptados ao cultivo do morango. Assim, produtores destas cidades passaram a arrendar propriedades no município de Espírito Santo do Dourado, dentre outros, que apresentava terras ociosas devido à crise do setor batateiro e com condições propícias ao cultivo do morango. Os imigrantes que já trabalhavam em lavouras de outras cidades, seguiram esta mudança de direção da produção realizada pelos patrões, mudando-se para Espírito Santo do Dourado.

Com boa adaptação, o cultivo do morango em Espírito Santo do Dourado passou a crescer e a depender de mão obra. A constante imigração veio a suprir esta demanda. Uma rede se parece ter se configurado para sustentar este fenômeno. Novos imigrantes passaram a chegar, atraídos por oportunidade de trabalho, espelhados no sucesso dos imigrantes percussores, seus conterrâneos, parentes e amigos.

O intenso fluxo de imigrantes viabilizou, segundo os relatos dos participantes da pesquisa, que ônibus fretados operem uma espécie de linha periódica das cidades produtoras de morango próximas a Pouso Alegre – MG, até a região de Imperatriz – MA, fronteira com o estado do Tocantins. Migrantes chegam e outros voltam. Voltam definitivamente, para sazonar ou para rever os seus e sua terra e depois retornar. São nestas idas e vindas que suas experiências de vida em Espírito Santo do Dourado influenciariam outros a tentarem a sorte nas lavouras de morango no Sul do Estado de Minas Gerais.

Nesta trajetória, pôde-se inferir que muitos interesses estão em jogo. Os imigrantes afirmam encontrar trabalho nas lavouras de morango com uma melhor remuneração do que conseguiriam em sua terra natal. Entretanto, a porta aberta para o trabalho significa uma porta aberta para a efetivação de direitos fundamentais?

Os imigrantes relatam que suas demandas imediatas são supridas pelas principais políticas públicas municipais. Todavia, conviver em uma nova região traz uma série de desafios e provoca reações.

Sobre a imigração, os imigrantes relatam dificuldades de adaptação, escassez de moradias e a xenofobia, o que confere que o processo migratório não passa despercebido na esfera cotidiana. Servidores municipais pesquisados, relatam as dificuldades do município em lidar com uma demanda crescente nos serviços de saúde, educação e assistência social. Também, apontam a convergência das culturas como aspecto desafiador, por vezes, e conhecendo o processo de construção e desconstrução dos saberes e fazeres cotidianos para superar os percalços da convivência.

O déficit habitacional no município que foi apontado nas falas dos imigrantes pesquisados, como o maior desafio que enfrentam, desvela que os precários barracos que são a moradia de muitos imigrantes, não são apenas uma condição improvisada e temporária, mas certamente uma condição necessária. Relatou-se que estes barracos chegam a ser alugadas para os imigrantes. Houve relatos de participantes desta pesquisa sobre preocupação com as questões de saneamento básico e sobre o escoamento do lixo nestas comunidades chamadas de “vilas” que se constituíram no derredor das maiores plantações de morango.

Uma questão que se projetou em vários momentos se fez em se observar um papel apagado dos patrões, desses arrendatários de terras, em sua maioria segundo os relatos dos participantes da pesquisa, provenientes de cidades vizinhas a Espírito Santo do Dourado. Pôde-se perceber que há um hiato a ser preenchido. Um espaço no qual, em que se refere às relações destes produtores com os imigrantes e com municipalidade em Espírito Santo do Dourado, denotou-se uma marcante ausência.

As relações de trabalho dos imigrantes relatadas nesta pesquisa como sendo em sua maioria, meeiros e diaristas, não se conferiu como garantia de que seus direitos na esfera trabalhista estejam garantidos. Teve-se por sinal, menções de que os contratos entre os patrões e os migrantes não seriam formalizados.

A cadeia de produção do morango em Espírito Santo do Dourado seria, no seu cerne, baseada em investimento de “produtores não locais” em arrendamento de terras e meios de produção com mão de obra de imigrante mediante a uma sociedade com estes. Este modelo acarreta um distanciamento deste produtor/investidor da produção em si que fica a cargo dos migrantes meeiros. Tal distanciamento, pareceu análogo a um afastamento da realidade/responsabilidade acarretados por este processo migratório.

“Esta é outra questão, o trabalho, a maioria dos morangueiros que são daqui são tipo agricultura familiar, são poucos os fazendeiros daqui que empregam imigrantes. Os grandes são fazendeiros que não são daqui, que arrendam terras daqui, são muito bem de vida, de outros lugares de Cambuí, Cruz Alta - Pouso Alegre, eu quero que você deixe registrado que eles são até difícil de encontrá-los, por isso que eu falo que o processo é complicado. Eu fiz uma campanha do cobertor, peguei uma lista na prefeitura, na EMATER e consegui ajuda de apenas dois. Na Festa do Morango também. Eu acho que tem uns três ou quatro grandes produtores que são do município, que são geradores de emprego para migrantes, mas é a minoria, pois a grande parte, é gente de fora, que fez fortuna aqui. O morango aqui é visto como agricultura familiar. Mas como disse, a maioria das lavouras são de gente de fora daqui que arrenda, aluga terras de fazendeiros daqui.” **participante B**

Confere destacar também, relatos de que as linhas de ônibus elencadas seriam operadas em parceria com estes produtores, e que conforme já destacado, de que os barracos seriam alugados aos migrantes:

“Existem ônibus clandestinos que fazem o traslado dos migrantes, em parceria com grandes produtores. Ao chegarem são acomodados em barracos de lona, na maioria das vezes cedidos ou alugados.” **participante H**

“Salientando que muitos produtores disponibilizam moradia, mais não de graça e sim pagando um aluguel. Outros constroem barracos perto das lavouras e tem aqueles produtores aproveitadores que fazem barracos e alugam pra eles.” **participante A**

Destaca-se ainda uma fala em que o participante versa sobre o patrão não disponibilizar transporte para o traslado da cidade até a lavoura para o trabalho, o que denota mais precariedade e reforça a formação de vilas ao redor das lavouras:

“Pra te falar verdade, é um desafio muito grande quando a gente chega e que a gente se desloca né, da nossa terra pra aqui. Quando a gente chega, quando a gente não tem transporte, que a gente tem que levantar mais cedo, quatro, cinco horas da manhã, muitas vezes já tem que tá de pé, muito frio. Às vezes, a gente fica na beira da estrada esperando carona. Então esse é um desafio muito grande pra gente que não tem uma locomoção que possam levar a gente, tá trazendo. Muitas vezes, os patrões não tem um carro adequado para levar, porque ele não engana a gente: “Cada um se adapta como vai poder ir pro serviço, porque a gente não pode tá carregando em cima, né”. Então eu questiono muito esse lado. Mas é isso.” **participante 6**

Denota-se que a precarização nas relações de trabalho na cadeia de produção do morango, tem ligação direta com a violações de direitos fundamentais aos imigrantes, que se deslocam para o município de Espírito Santo do Dourado pela atração no trabalho nestas lavouras.

Ao se figurarem como arrendatários e fornecedores dos meios de produção, mas não da mão de obra humana dispendida, que fica a cargo dos imigrantes, estes patrões se eximem da responsabilidade por estes trabalhadores, que são responsáveis pela produção, ao passo que na condição de meeiros, sócios dos imigrantes, desviam-se de ofertar condições básicas a estes como o transporte de sua região de origem para Espírito Santo do Dourado, do transporte diário para o trabalho, de moradia, de alimentação, etc. Confere que, como foi relatado por participantes desta pesquisa, se constatou a existência de uma rede que entrelaça os meios para alimentar a motivação, deslocamento e acomodação destes imigrantes ao se revelar a linha de ônibus periódica e as vilas com barracos (o que se indicou, são alugados ao imigrantes) no derredor das lavouras. Enfim, a riqueza produzida nestas lavouras de morango tem como marca traços da colonialidade, que se reproduz na precariedade das relações trabalhistas que delineiam a divisão desta riqueza produzida. Os patrões e os proprietários das terras arrendadas (uma elite), certamente se beneficiam de uma fatia mais generosa da riqueza socialmente produzida em detrimento dos imigrantes e também da sociedade local. O custo social que recai sobre a coisa pública para manutenção de direitos fundamentais aos imigrantes residentes no município acaba por gerar despendimentos dos quais, os que mais lucraram com a produção, pouco ou nada participam, mas que ao promoverem este modelo de produção contribuem diretamente para a inflação destes custos.

No que tange aos conflitos sociais que se evidenciou nos relatos dos participantes desta pesquisa, a travessia do imigrar e se confrontar com uma nova realidade produz encontros e desses encontros modos, imagens e projetos de vida que são conflitantes. Transpassados pela lógica biopolítica da modernidade/colonialidade da vida, aquele que não é nativo, que não é consanguíneo, não é próximo, não é por sinal conhecido e acaba por ser um desconhecido, um forasteiro, um invasor, quiçá um inimigo. São as imagens que se produzem e reproduzem na banalização e desclassificação da vida humana em face das conjecturas contraditórias deste projeto moderno que geram desconfiança, inferiorização, despertencimento e a desumanização do desconhecido. O preconceito que se indicou ser um preconceito de origem (xenofobia) se pulveriza e

manifesta-se pelas esferas do viver nesta travessia que se projeta na trajetória do imigrante no território.

“Eu acho que a maior dificuldade, uma das, né, foi a adaptação e chegar de outro estado, pra outra cultura totalmente diferente. E também, vamos assim dizer, que nós seguimos com a mão na frente e outra atrás. A gente passou uns quatro meses dormindo no chão, só com o básico mesmo pra sobreviver aqui. E também, tem a questão do preconceito do povo daqui. Não é todos que tem. Também teve muita gente legal assim, que ajudou a gente, mas eu via esse preconceito, principalmente na escola, quando eu cheguei aqui. Eu acho que eu fui quase um dos primeiros a chegar aqui no Espírito Santo Dourado. Eu lembro que aqui era só um único ônibus pra fazer uma volta inteira aqui na roça e ainda sobrava lugar. Hoje é uns cinco ônibus. Aí, a gente era novo demais. Não tinha costume. O povo não tinha o costume de viajar. Outra pessoa de outro estado. Aqui, eu lembro que eu sofria muito né. Na escola, me lembro dum primeiro dia de escola, acho que foi o pior dia da minha vida. Eu lembro como se fosse ontem. Também não falo que é todos não, tem muita gente boa aqui também. Hoje tem muita gente de fora, num é igual antes. Eu acho que as pessoas têm mais apoio, porque tem muitos familiares aqui. Quem vem já tem familiares, tem amigos. Eu acho que a principal dificuldade é adaptação” participante 23

Neste relato singular se projeta a adaptação nesta travessia ao se inserir no novo como um processo único, mas múltiplo que se acontece na fronteira²⁰, entre culturas, na resistência e na (re) significação.

A modernidade se gaba por globalizar/civilizar, encurtar distancias e aproximar as pessoas. No entanto, a marca perversa deste projeto de universalização e civilização está na sua pretensão de uma homogeneização hierarquizada das vidas e do viver. Tolera-se o que é subserviente, a manutenção deste projeto, que no caso do tema retratado nesta pesquisa, pôde-se denotar que se trataria de projeto destas elites locais/regionais que precisam suprir a constante necessidade de mão de obra para seguir

²⁰ “O influente Borderlands/La Frontera: The New Mestiza [A fronteira: a nova mestiça] (1987), de Gloria Anzaldúa (1942- 2004), apresentou um argumento semelhante com base na experiência de uma chicana lésbica.⁸ Para Anzaldúa, lafrontera [a fronteira] é geopolítica. A fronteira entre os Estados Unidos e o México, com todo o poder que representa, também é uma fronteira sexualmente racializada: “a nova mestiza” é uma mestiça etnicamente (americana -mexicana ou chicana) e ao mesmo tempo sexualmente (uma lésbica de cor).⁹ Essa leitura não é necessariamente etnográfica, como tais interpretações são com frequência categorizadas, mas política. É um exemplo de conservadorismo desobediente decolonial-ao querer preservar os legados que asseguram o que significa ser uma lésbica de cor ou uma americana -mexicana em conjunto com os modos de existência que eles potencialmente encarnam” (MIGNOLO, 2019, p.7).

seu projeto de acumulação de riquezas. Para tanto, por que não se utilizar das condições mais lucrativas e, conseqüentemente menos onerantes a eles? Portanto, seguem por alimentar esta cadeia de subemprego, em que o imigrante se encontra em uma relação de trabalho na qual trabalha para si mesmo, e, portanto, arca com as responsabilidades e conseqüências desta relação ao que se indicou desde seu deslocamento, numa travessia marcada pela, inferioridade, vulnerabilidade, invisibilidade e precarização.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Quando você foi embora fez-se noite em meu viver
 Forte eu sou, mas não tem jeito
 Hoje eu tenho que chorar
 Minha casa não é minha e nem é meu este lugar
 Estou só e não resisto, muito tenho pra falar*

*Solto a voz nas estradas, já não quero parar
 Meu caminho é de pedra, como posso sonhar
 Sonho feito de brisa, vento vem terminar
 Vou fechar o meu pranto, vou querer me matar*

*Vou seguindo pela vida me esquecendo de você
 Eu não quero mais a morte, tenho muito o que viver
 Vou querer amar de novo e se não der não vou sofrer
 Já não sonho, hoje faço com meu braço o meu viver*

*Solto a voz nas estradas, já não quero parar
 Meu caminho é de pedra, como posso sonhar
 Sonho feito de brisa, vento vem terminar
 Vou fechar o meu pranto, vou querer me matar*

*Vou seguindo pela vida me esquecendo de você
 Eu não quero mais a morte, tenho muito o que viver
 Vou querer amar de novo e se não der não vou sofrer
 Já não sonho, hoje faço com meu braço o meu viver*

Composição: Fernando Brant / Milton Nascimento²¹

O imigrante se submete a uma travessia em sua intersubjetiva e interminável relação com a ideia da fronteira. Afinal, atravessa-se para onde? Talvez Milton Santos aponte uma compreensão acerca do que é atravessado:

O homem de fora é portador de uma memória, espécie de consciência congelada, provinda com ele de um outro lugar. O lugar novo o obriga a um novo aprendizado e uma nova formulação. A memória olha para o passado. A nova consciência olha para o futuro. O espaço é um dado fundamental nessa descoberta. Ele é o teatro dessa novação por ser, ao mesmo tempo, futuro

²¹ “A canção cumpria o que já trazia em seu título: *Travessia*, palavra colhida da obra de Guimarães Rosa, cuja carga semântica informa, como em *Grande Sertão: Veredas*, esse atravessar, esse atravessar, associado ao campo sentimental, melódico, semântico, territorial e cultural.” (PACHECO, 2014, p.23)

imediate e passado imediato, um presente ao mesmo tempo concluído e inconcluso, num processo sempre renovado. (SANTOS, 2010, p. 599)

No percurso da empreitada deste estudo, pôde-se se deter nas marcas nas vidas dos imigrantes que se lançam numa travessia, a qual, o processo imigratório perfaz estas vidas serem atravessadas constantemente por uma ambivalência entre o resistir (sobreviver) e o reexistir (reestabelecer sua existência). Afinal, Mignolo (2019, p.6), define que “Reexistir é algo diverso de resistir. Se você resiste, você fica preso às regras do jogo que outros criaram”. As condições concretas de existências que permeiam estes imigrantes são carregadas pelas marcas da colonialidade da vida reproduzidas nas condições a eles (im) postas.

À guisa de conclusão, se constatou evidências de violação de direitos fundamentais dos imigrantes, intrinsecamente ligada a cadeia produtiva do cultivo de morango no município de Espírito Santo do Dourado – MG. Esta constatação tomou forma na problematização bioética, em alinhamento com pressupostos do pensamento decolonial. Não obstante, no que concerne a bioética de intervenção, este estudo destaca a fundamental contribuição epistêmica dos estudos decoloniais.

Como reflexão desta problematização bioética, reporta-se na direção da decolonialidade em que um caminho para supressão das relações de subalternidade que minam as garantias e direitos é irromper em direção a fomentar as formas do reexistir:

Isso significa imaginar um modo de viver a suas/nossas vidas em vez de dar nossos corpos e nosso tempo a corporações, nossa atenção e nossa inteligência à insuportável mídia dominante e nossa energia aos bancos que estão constantemente nos assediando para obter créditos e para pagar juros elevados. (MIGNOLO, 2019, p.5)

Projetar em uma realidade local, circunscrita nos projetos globais, condições de se defrontar as estruturas de dominação, reportaria ao “surgimento de respostas decoloniais, isto é, repostas das pessoas que não se contentavam com que lhes dissessem o que fazer e quem eram eles próprios” (MIGNOLO, 2019, p.14). Consistiria em resgatar os aspectos do viver que foram abortados mais que se deseja reestabelecer, em mesclar as condições possíveis de reinventar os modos de vida de maneira não totalizante e nem universal, de “ preservar o que cada comunidade precisa para ser capaz de reexistir, e não mudar de acordo com as armadilhas retóricas da modernidade” (MIGNOLO, 2019, p.7).

Afinal um preço sutil cobrado pelo *staus quo* em troca da sobrevivência é a subserviência, e esta se manifesta em comodidades, caprichos e prazeres que distanciam as pessoas das possibilidades decoloniais do reexistir. “Quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cujo a memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação” (SANTOS, 2010, p.597). Não obstante, nas armadilhas que se constituem amarras para se (sobre) viver nas condições postas, cabe aos imigrantes e àqueles que se comprazam com as condições postas de injustiças e de desumanidades, canalizar suas potências para subverter aspecto, por aspecto, aqueles que forem possíveis, em oportunidades que insurrecione estes postulados locais, visando a direção de uma realidade realinhada a vida àquela que se pretende viver em novas condições a serem circunscritas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Eliane Amorim; SILVA, Janssen Felipe. Abya Yala Como Território Epistêmico: Pensamento Decolonial Como Perspectiva Teórica. *Revista Interterritórios*. Caruaru, 1 (1), 2015.

ANDRADE, A. C.; BRANDÃO, A. T. J. Novas dinâmicas econômicas nos espaços rurais da microrregião de Pouso Alegre (MG): a produção de morango no município de Bom Repouso. *Revista de Geografia*, Juiz de Fora, 3 (1). 2013.

ÁVILA, Fábio Geraldo. *Extensão, vivências e significados*: Expedicionários em Espírito Santo do Dourado – Mg. In: NACIMENTO, Luciana et al. (Org). *Modernidade: Múltiplas Linguagens (Re) Construções e (Re) Leituras*. IXTRAN/UFRJ. 2019. p. 287-309.

BAENINGER, R. *Migrações internas no Brasil no século 21*: entre o local e o global. In: XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, 2012.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro Decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*. n. 11, May/Aug. Brasília, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>. Acesso em maio de 2020.

BATISTA, Paulo Nogueira. *O consenso de Washington* – a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: *Defesa do Interesse Nacional: Desinformação e Alienação do Patrimônio Público*, São Paulo: Paz e Terra, 1994.

BENEVIDES, Maria Victoria. *Cidadania e Direitos Humanos*. São Paulo, p. 1-11, jan., 2012. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/textos#direitoshumanos/Cidadania>. Acesso em maio de 2020.

BOTELHO, André; SCHUNARCZ, Lilia Moritz. *Cidadania um projeto em construção*: memória, justiça e direitos. São Paulo, Claroenigma, 2012.

BRUNO, Ermani Silva. *História* (geral e regional). 2ª, v.4. São Paulo: Cultrix, 1967.

CARVALHO, Adilson de. *A freguesia de Nossa Senhora de Assumpção do Cabo Verde e sua História*. 1998.

CASTILLO, Camilo Hernan Mancholo. Bioética Latino-americana e Pesquisa-Ação: um diálogo enriquecedor das bases epistemológicas e metodológicas da Bioética Latino-americana. *Percurso Acadêmico*, Belo Horizonte, 5 (10): p. 489-514, jul./dez. 2015.

CRESTANI, Dinamir Antônio; OLIVEIRA, Celmar. Que tipo de Estado de Bem-estar social é este? *Rev. Cient. UERGS*. 2018, v.4, nº2, p. 299-319.

CRUZ, M. R.; OLIVEIRA, S. L. T; PORTILHO, J. A. C. *A Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos* – contribuições ao Estado brasileiro. *Revista Bioética* 2010; 18 (1): p.93-107.

DECRETO DO MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO DOURADO Nº 15 DE 17 DE MARÇO DE 2020.

DOTA, Ednelson Mariano; QUEIROZ, Silvana Nunes. Migração interna em tempos de crise no Brasil. *Rev. Bras. Estud. Urbanos Regionais*. São Paulo, v. 21, nº 2. p. 415-430, maio/ago 2019.

DUSSEL, Enrique. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação e partir da filosofia da libertação. *Revista Sociedade e Estado*. v. 31, nº1, 2016.

FALLEIROS, Ialê; LIMA, Julio Cezar França. *Saúde como direito de todos e dever do estado*. In: A constituinte e o Sistema Único de Saúde. Fiocruz, 2010, p. 239-246.

FEITOSA, Saulo Ferreira; NASCIMENTO, Wanderson Flor. A bioética de intervenção no contexto do pensamento latino-americano contemporâneo. *Rev. bioét.* 2015; 23(2): 277-284.

FONTES, Paulo. *Um nordestino em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

GALLEGO, Ester Solano (org). *O ódio como política* [recurso eletrônico]: a reinvenção da direita no Brasil / Miguel, Luis Felipe ... [et al] - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2018.

GARRAFA, Volnei. Da bioética de princípios a uma bioética interventiva. *Rev. bioét.* 2005; 13(1): 125-134.

GARRAFA, Volnei; MARTORELL, Leandro Brambilla; NASCIMENTO, Wanderson Flor. *Críticas ao principialismo em Bioética: perspectiva desde de o norte e desde o sul*. *Saude soc.* São Paulo, 25 (2) Apr-Jun 2016 . Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0104-12902016150801> Acesso em junho de 2020.

GIL, Antônio Carlos. *Método e técnicas de pesquisa social*. 6ªed. Atlas, São Paulo: 2008.

GOLGHER, A. B. *Fundamentos da migração*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2004.

GROSGOUEL, R. *Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global*. In: <https://doi.org/10.12957/periferia.2009.3428>

IBGE *Cidades* – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sítio eletrônico <https://cidades.ibge.gov.br/brasil> Acesso em julho de 2020.

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. *Nota Técnica Nº 16: Pandemia e fronteiras Brasileiras: Análise da evolução da Covid-19 e proposições*, 2020.

KREIN, José Dari. *O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva* – Consequências da Reforma Trabalhista. *Tempo Social*. USP. 2018. V.30, nº1, p. 77-104.

MARTORELL, Leandro Brambilla. *Análise Crítica da Bioética de Intervenção: um Exercício de Fundamentação Epistemológica*, Brasília, 2015. Tese (doutorado) – Universidade de Brasília/Programa de Pós-Graduação em Bioética, 2015. 113 p.

MASSARDI, Welligton de Oliveira; ABRANTES, Luiz Antônio. Dependência dos municípios mineiros em relação ao fundo de participação dos municípios. *Gestão & Sociedade*, v 10, n.27, 2016, p.1397-1416. DOI: 10.21171/ges.v10i27.1963.

MELO, Marcus André. Reformando a Reforma interesses, atores e instituições da Seguridade Social no Brasil. *São Paulo em Perspectiva*. v.10 (4), 1996, p.69-77.

MIGNOLO, Walter. *A colonialidade está longe de ter sido superada, logo, a decolonialidade deve prosseguir*. MASP – Afterall, 2019. Disponível em: <https://masp.org.br/uploads/temp/temp-YC7DF1wWu9O9TNKezCD2.pdf>.

_____. *Histórias locais/ Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. 1 ed. Ver. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2020.

MUNANGA, Kabengele. *Mestiçagem como símbolo da identidade brasileira*. In SANTOS, Boaventura de Souza; MENEZES, Maria Paula (Org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010, p. 444-455.

NASCIMENTO, Wanderson Flor. *Por uma vida descolonizada: diálogos entre Bioética de intervenção e os estudos sobre a Colonialidade*. Tese (doutorado) – Universidade de Brasília/Programa de Pós-Graduação em Bioética, 2010. 154 p.

NASCIMENTO, Wanderson Flor; MARTORELL, Leandro Brambilla. A bioética de intervenção em contextos descoloniais. *Rev. bioét.* (Impr.), 21 (3): 423-31. 2013

PORTO, Dora. *Bioética de intervenção: retrospectiva de uma utopia*. In: PORTO, Dora et al. (Org). *Bioética Poderes e Injustiças 10 anos depois*. Brasília: CFM/Cátedra UNESCO de Bioética/SBB; 2012.

PORTO, Dora, GARRAFA, Volnei. Bioética de intervenção: considerações sobre a economia de mercado. *Rev. bioét.* 13(1): 111-123. 2015.

_____. A influência da Reforma Sanitária na construção das bioéticas brasileiras. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2011; 16(Supl.1): 719-729.

PEREIRA, Camila Claudiano Quina; TRINDADE, José Ronaldo. Por uma bioética social, política e comprometida: contribuições de pesquisa social. *Revista Amazônia*. 10 (2), 426-443. 2018.

PORTO, Dora. Bioética na América Latina: desafio ao poder hegemônico. *Revista da Bioética*. v. 22, n. 2, p. 212-224, 2014.

POTTER, Van Rensselaer. *Bioética: Ponte para o futuro*. São Paulo. Editora Loyola. São Paulo: 2016.

QUEIROZ, Maria Isaura de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa - Omega, 1976.

QUIJANO, Anibal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Tradução de Júlio César Casarin Barroso Silva. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RIBEIRO, Darcy. *As Américas e a Civilização: Formação histórica e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos*. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ROCHA, Anna Silvia Penteadó Setti ; CUNHA, Thiago Rocha , GUIOTOKU, Sandra , MOYSÉS , Simone Tetu. Acesso de migrantes haitianos à saúde pública: uma questão bioética. *Rev. bioét.*, 28 (2): 384- 389. 2020

RONCALLI, Angelo; SOUZA, Elizabeth Cristina Fagundes. *A saúde no Brasil: trajetórias de uma política assistencial*. In: *Odontologia Social: Textos selecionados*. Natal: UFRN, 1998.

ROSANELI, Caroline Filla; RIBEIRO, Ana Lucia Cardoso; ASSIS, Luana; SILVA, Tânia Mara; SIQUEIRA, José Eduardo. A fragilidade humana diante da pobreza e da fome. *Rev. Bioét.*, 2015; 23 (1): 89-97.

SALVADOR, Evilasio. Fundo Público e o financiamento das Políticas Sociais no Brasil. *Sev. Soc. Rev., Londrina*, 14 (2) , p.04-22, jan/jun, 2012.

SANTOS, Milton. *O lugar e o cotidiano*. In: SOUZA SANTOS, Boaventura; MENEZES, Maria Paula (Org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010b. p. 584-602.

SEVERINO, José Roberto. Migrar/emigrar/imigrar: algumas reflexões sobre cultura e território. VIII ENECULT, Anais. Salvador: ago, 2012.

SILVA, Leandro Nóbrega. *A produção do conhecimento e seus lugares de enunciação: Considerações em torno do pós-colonialismo, decolonialismo e epistemologias do sul*. *Enfoques*, Rio de Janeiro: 14 (01), 49-64. 2015.

SOUZA SANTOS, Boaventura; MENEZES, Maria Paula (Org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

UNESCO. *Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos*. Paris; 2005. Tradução brasileira sob a responsabilidade da Cátedra Unesco de Bioética da Universidade de Brasília. www.bioetica.catedraunesco.unb.br Acesso em junho de 2020.

VINUTO, Juliana. *A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto*. *Temática*, Campinas: 22 (44): 203-220, ago/dez. 2014.

ZAMBELLO, Aline Vanessa. Universidades Federais Brasileiras e o Impacto Regional do Reuni. *Revista Gestão & Políticas Públicas*. 3, (2), p. 246-267, 2013.

APÊNDICES

Apêndice A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

O (A) senhor (a)
está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada: “ Olhar bioético acerca da trajetória de migrantes trabalhadores em lavouras de morango no município de Espírito Santo do Dourado - MG” que tem como objetivo problematizar questões bioéticas, no que tange a efetivação de direitos no contexto da imigração e fixação de brasileiros provenientes das regiões Norte e Nordeste, que se deslocam para o município de Espírito Santo do Dourado em decorrência da alta demanda de mão de obra nas lavouras de morango.

Este estudo está sendo realizado por Fábio Geraldo de Ávila do curso de Mestrado em Bioética da Universidade do Vale do Sapucaí (Univás), juntamente com a pesquisadora professora orientadora Dr^a Camila Claudiano Quina Pereira.

A pesquisa terá duração de 1 ano com o término previsto para agosto de 2020. Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo, respeitando assim sua privacidade. Os dados coletados serão utilizados apenas nesta pesquisa e os resultados divulgados em eventos ou revistas científicas. Sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento o (a) senhor (a) pode recusar-se a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento, o que garante sua autonomia. Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder as perguntas a serem realizadas sob a forma de entrevista gravada.

Os riscos relacionados a este estudo estão em vossa senhoria não se sentir confortável em responder alguma pergunta que lhe trazer a memória sentimentos desagradáveis, o que respeitosamente compreenderemos e encerraremos a entrevista. Os benefícios relacionados à concretização deste estudo serão uma compreensão da maior das questões que permeiam o universo da migração em Espírito Santo do Dourado MG que serão disponibilizados para fomentar políticas públicas de atenção a esta população.

Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada a pesquisa e ficarão arquivados com o (a) pesquisador(a) responsável por um período de cinco anos, e após esse tempo serão descartados de forma que não prejudique o meio ambiente.

As despesas necessárias para a realização da pesquisa não são de sua responsabilidade e o senhor (a) não receberá qualquer valor em dinheiro pela sua participação.

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido é um documento que comprova a sua permissão. Será necessário a sua assinatura para oficializar o seu consentimento. Ele encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida para o senhor(a).

Para possíveis informações e esclarecimentos sobre o estudo, entrar em contato com para o pesquisador pelo telefone: (35) 99818-1455 ou com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa da Univás pelo telefone (35) 3449-9232, no período das 8h às 11h e das 13h às 16h de segunda a sexta-feira.

Ressalta-se que a sua valiosa colaboração é muito importante e, a seguir, será apresentada uma Declaração e, se o senhor (a) estiver de acordo com o conteúdo da mesma, deverá assiná-la, conforme já lhe foi explicado anteriormente.

DECLARAÇÃO

Declaro estar ciente do inteiro conteúdo deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e estou de acordo em participar do estudo proposto, sabendo que dele poderei desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento.

Pouso Alegre, _____ de _____ de _____.

NOME COMPLETO DO (A) PARTICIPANTE

ASSINATURA DO (A) PARTICIPANTE

ASSINATURA DO (A) PESQUISADOR (A) RESPONSÁVEL

Apêndice B - Roteiro

PERGUNTAS GRUPO 1:

- 1)- Qual tem sido a motivação para que pessoas do norte/nordeste brasileiro se desloquem para Espírito Santo do Dourado - MG?
- 2)- Como se dá este processo de deslocamento e de acomodação do imigrante no município?
- 3)- Em sua maioria, em que atividade os imigrantes trabalham e como são estas relações de trabalho?
- 4)- Como é a relação dos migrantes com a rede de políticas públicas do município?
- 5)- Qual o maior desafio que o município tem enfrentado com a imigração?
- 6)- Neste momento de excepcionalidade que vivenciamos com a pandemia COVID-19 como você tem percebido o impacto da pandemia na população imigrante?

PERGUNTAS GRUPO 2:

- 1)- Qual tem sido a motivação para que pessoas do norte/nordeste brasileiro se desloquem para Espírito Santo do Dourado - MG?
- 2)- Como se dá este processo de deslocamento e de acomodação do imigrante no município?
- 3)- Em sua maioria, em que atividade os imigrantes trabalham e como são estas relações de trabalho?
- 4)- Como você vê o atendimento das demandas dos imigrantes pela rede de políticas públicas do município de educação, saúde e assistência social?
- 5)- Qual o maior desafio que o migrante enfrenta hoje em Espírito Santo do Dourado?
- 6)- Neste momento de excepcionalidade que vivenciamos com a pandemia COVID-19 como você tem percebido o impacto da pandemia na população imigrante?

Apêndice C – Parecer Consubstanciado do CEP

FACULDADE DE CIÊNCIAS
MÉDICAS DR. JOSÉ ANTÔNIO
GARCIA COUTINHO - FACIMPA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: OLHAR BIOÉTICO ACERCA DA TRAJETÓRIA DE MIGRANTES TRABALHADORES EM LAVOURAS DE MORANGO NO MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO DO DOURADO - MG.

Pesquisador: FABIO GERALDO DE AVILA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 22293619.9.0000.5102

Instituição Proponente: FUNDACAO DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAI

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.629.679

Apresentação do Projeto:

Esta pesquisa pretende compreender a trajetória e o modo de vida constituído no cotidiano de migrantes que tem se estabelecido no município de Espírito Santo do Dourado – MG, vindos de Estados das regiões, nordeste e centro oeste, atraídos por grande oferta de mão obra na cultura do morango. Esse cultivo tem se destacado neste município sul mineiro nas últimas duas décadas. O clima tropical de altitude, a presença de terras férteis e de água para irrigação, tornam o município ideal para o cultivo do morango durante todo o ano. A cultura do morango em condições tão propícias reserva colheitas perenes. Ocorre que a necessidade de mão de obra é tamanha que um grande fluxo de migrantes transita por Espírito Santo do Dourado – MG, uma população flutuante, cujo as condições para serem acolhidas pelos aparelhos públicos de educação, saúde e assistência social são desafios que a gestão pública municipal tem sido transparente em compartilhar e buscar parcerias para lidar com tamanha demanda. Todavia, migrantes já estão em Espírito Santo do Dourado – MG há duas décadas, mas a intensificação dos fluxos nos últimos anos tem gerado conflitos culturais, apesar que já imprimem marcas na identidade local. Neste estudo pretende-se compreender os processos vividos por estes migrantes através das narrativas de trajetórias e construções de seus modos de vida em fluxo migratório para entender as particularidades desta migração em Espírito Santo do Dourado – MG em abordagem pelo prisma da bioética da intervenção.

Endereço: Avenida Prefeito Tuany Toledo, 470

Bairro: Campus Fátima I

CEP: 37.554-210

UF: MG

Município: POUSO ALEGRE

Telefone: (35)3449-9232

E-mail: pesquisa@univas.edu.br

FACULDADE DE CIÊNCIAS
MÉDICAS DR. JOSÉ ANTÔNIO
GARCIA COUTINHO - FACIMPA



Continuação do Parecer: 3.629.679

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Geral

Compreender as questões bioéticas presentes no contexto da trajetória, da construção de modo de vida e fluxo da migração e fixação de brasileiros da região nordeste e centro-oeste que tem se deslocado para Espírito Santo do Dourado – MG para trabalhar em lavouras de morango.

Objetivos específicos:

Compreender a trajetória constituído por migrantes em Espírito Santo do Dourado – MG em seu fluxo migratório e fixação;

Entender qual importância/relevância desta oferta de trabalho em Espírito Santo do Dourado-MG para esta população migrante;

Elucidar as vantagens e se há desvantagens que recaem sobre os migrantes por se manterem em migração sazonal, laboral.

Problematizar as questões bioéticas decorrentes do cotidiano dos migrantes no território.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Possibilidade de causar constrangimento ao abordar experiências relativas ao processo migratório. Para minimizar os riscos, as entrevistas tratarão temas que evitem aprofundar questões que possam causar constrangimento ou evocar sentimentos desagradáveis em decorrência das questões disparadas. Caso o pesquisador perceba esta possibilidade, irá encerrar a entrevista.

Benefícios:

Pretende-se que esta pesquisa possa contribuir com a atenção a ser prestada a esta população migrante ao se aprofundar no conhecimento de seu universo e problematizar questões que possam ser dirigidas e fundamentadas ao poder público local e posteriormente serem devolvidas em políticas públicas.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa apresenta relevância social e científica.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os Termos de apresentação obrigatória estão presentes.

Recomendações:

Divulgar os resultados do estudo à comunidade escolar onde o mesmo foi realizado e à comunidade acadêmica, possibilitando a continuidade de estudos sobre o tema.

Endereço: Avenida Prefeito Tuany Toledo, 470

Bairro: Campus Fátima I

CEP: 37.554-210

UF: MG

Município: POUSO ALEGRE

Telefone: (35)3449-9232

E-mail: pesquisa@univas.edu.br

FACULDADE DE CIÊNCIAS
MÉDICAS DR. JOSÉ ANTÔNIO
GARCIA COUTINHO - FACIMPA



Continuação do Parecer: 3.629.679

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O presente projeto atende aos dispositivos da resolução 466/2012 e pode ser aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Ao término do estudo apresentar relatório ao CEP.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1442710.pdf	27/09/2019 10:52:44		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoFinal.docx	27/09/2019 10:50:48	FABIO GERALDO DE AVILA	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRostoFinal.pdf	27/09/2019 10:48:25	FABIO GERALDO DE AVILA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	AnuencialInstitucional.pdf	26/09/2019 13:41:13	FABIO GERALDO DE AVILA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	26/09/2019 13:24:00	FABIO GERALDO DE AVILA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

POUSO ALEGRE, 08 de Outubro de 2019

Assinado por:
Silvia Mara Tasso
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida Prefeito Tuany Toledo, 470

Bairro: Campus Fátima I

CEP: 37.554-210

UF: MG

Município: POUSO ALEGRE

Telefone: (35)3449-9232

E-mail: pesquisa@univas.edu.br